

-----**ATA N.º 278**-----

----- Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, no salão do edifício da Junta de Freguesia, em Talhadas do Vouga, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Hermínio Pedro Marques Martins, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

- 1 **Atas e Correspondência**-----
- 2 **Período de Antes da Ordem do Dia**-----
- 3 **Período da Ordem do Dia**-----
 - 3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal-----
 - 3.2 Taxas do IMI para 2023-----
 - 3.3 Taxas do IMI para 2023 – Redução por Agregado Familiar-----
 - 3.4 Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2023-----
 - 3.5 Participação Variável no IRS para 2023-----
 - 3.6 Derrama para 2023-----
 - 3.7 Encargos Plurianuais (Autocarro e Carregador Elétrico)-----
- 4 **Período Destinado ao Público**-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e dezasseis minutos.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Apresento os meus cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal, incluindo os senhores presidentes de Junta. Permitam-me um cumprimento especial ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Talhadas, nosso anfitrião, a quem quero agradecer, em nome da Mesa e da Assembleia Municipal, toda a disponibilidade para nos receber, aqui, neste salão, um excelente salão, por sinal, que eu desconhecia. Toda a colaboração prestada pelo senhor Presidente da Junta na logística e na preparação desta Assembleia. O nosso muito obrigado. Um cumprimento especial, também, para o senhor Presidente da Câmara e para as senhoras e senhores vereadores.-----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal solicitou à segunda secretária para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Manuel Tavares Rocha-----
- Almiro Silva Machado-----
- Ana Maria Veloso Martins da Silva-----
- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Bruno José da Costa e Silva-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Elga Maria do Amaral Martins da Silva-----
- Fernando Pereira Rodrigues-----
- Hermínio Pedro Marques Martins-----
- Isabel Maria Martins Tavares-----
- Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos-----
- João Rodrigues Oliveira-----
- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- José Pedro de Bastos Costa Lemos-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Maria Amaral Martins Pereira-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----

- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Sandra Marlene Rodrigues Pereira-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Tânia Filipa Fernandes Pinheiro-----
- Foi, ainda, registada a presença dos seguintes membros que chegaram mais tarde:-----
- Cláudia Isabel Lopes Cruz-----
- Eugénio Fernando de Bastos Martins-----
- Renata Liliana da Costa Marques-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Presidente; Paulo Sérgio Martins Nogueira, Vice-Presidente; Ricardo Manuel Tavares da Silva, Paula Cristina Dias Coutinho, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa e Eliana Inês Tavares Machado, Vereadores.-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** deu conta dos elementos que pediram substituição, sendo eles Ana Cristina da Silva Tavares, que foi substituída por Eugénio Fernando Bastos Martins; Beatriz Manuel Lourenço Soares, que foi substituída por Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos e Pedro Miguel Martins Mendes, que foi substituído por Bruno Jose da Costa e Silva.-----

-----1 – Ata e Correspondência-----

1.1 Atas:-----

1.1.1 **Ata n.º 275:** Foi apreciada a ata da sessão ordinária de 17 de junho de 2022, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, com vinte e três votos a favor, dos membros Alexandre Rocha, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.-----

1.1.2 **Ata n.º 276:** Foi apreciada a ata da sessão extraordinária de 27 de julho de 2022, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, com vinte e dois votos a favor, dos membros Alexandre Rocha, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, João Oliveira, Jorge Graça, José Lemos, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.-----

1.1.3 **Ata n.º 277:** Foi apreciada a ata da sessão extraordinária de 02 de setembro de 2022, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, com vinte e dois votos a favor, dos membros Alexandre Rocha, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Sandra Pereira e Tânia Pinheiro.-----

1.2 Correspondência e Informações:-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou ter enviado, por e-mail, a maior parte da correspondência dos convites que foi recebendo. Aproveitou para informar que, em reunião dos líderes dos grupos municipais, tinham discutido o parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados e que tinham chegado à conclusão de que não haveria necessidade pedir um consentimento ao órgão deliberativo para a gravação e divulgação das imagens das sessões, uma vez que essa matéria estava regimentada e os membros se tinham submetido ao Regimento e às suas normas aquando da sua tomada de posse. Esclareceu que isso não queria dizer que não pudessem pedir para não serem filmados, ou gravados, durante as suas intervenções. Quanto ao público que quisesse intervir no final, ser-lhe-ia pedido para subscrever uma ficha de autorização para a captação e divulgação do

som e da imagem. De seguida, deu conta alguns eventos para o qual tinha sido convidado e em que tinha estado presente:-----

- Inauguração do Parque do Passadiço da Frente Ribeirinha da Ribeira de Pessegueiro, no dia 23 de junho, a convite do Presidente da Câmara Municipal;-----
- 24ª Gala da Escola Profissional de Aveiro, no dia 23 junho, a convite do Presidente da Câmara Municipal;-----
- Sessão inaugural da Feira Nacional do Mirtilo, no dia 24 junho, a convite do Presidente da Câmara Municipal;-----
- Almoço comemorativo do dia de São Pedro, na APCDI, no dia 29 de junho;-----
- Festa de fim de ano do Centro Escolar de Rocas do Vouga, no dia 30 de junho, a convite da Associação de Pais e Encarregados de Educação;-----
- Arraial Filarmónico da Filarmónica Severense, no dia 02 de julho;-----
- Cerimónia de entrega de prémios de uma prova de drift realizada na pista do Roçário, no dia 3 de julho;-----
- Cerimónias religiosas das festas em honra do Santíssimo Sacramento, em Couto de Esteves, no dia 10 de julho, a convite da Comissão de Festas;-----
- Concerto de aniversário dos 156 anos da BUMP, no dia 16 de julho, em que o Secretário António Cruz representou a Mesa;-----
- 38º Festival de Folclore do Rancho Folclórico de Rocas do Vouga, no dia 23 de julho, a convite daquela coletividade;-----
- Concurso e na atribuição de prémios na Feira de Santiago, da raça Arouquesa, no dia 25 de julho, a convite do senhor Presidente da Câmara Municipal;-----
- Receção dos representantes da cidade geminada de Montmagny, no dia 27 de julho, a convite do senhor Presidente da Câmara Municipal;-----
- Sessão de inauguração da Ficavouga, no dia 28 de julho, a convite do senhor Presidente da Câmara Municipal;-----
- Aniversário da Associação Desportiva e Cultural Senhorinhense, no dia 28 de agosto, onde esteves o Secretário António Cruz;-----
- Sessão inaugural da Festa das Eiras, em Cedrim, no dia 09 de setembro, a convite do senhor Presidente União das Freguesias de Cedrim e Paradela;-----
- Cerimónia do hastear das bandeiras, na Câmara Municipal, no dia 21 de setembro, na comemoração do feriado municipal;-----
- 38º aniversário da APCDI, no dia 25 de setembro;-----
- Jogo de futebol da seleção, na companhia dos senhores vereadores Ricardo Silva e Eliana Machado e um grupo de jovens do concelho, no dia 27 de setembro, em Braga, saída organizada pelo CLDS em parceria com a Câmara Municipal, a convite do senhor Presidente da Câmara;-----
- Viagem Sénior a Fátima, no dia 29 de setembro, no âmbito da Primeira Edição da Semana do Idoso em Sever do Vouga.-----

Informou, ainda, dos seguintes convites recebido:-----

- Apresentação da nova época da JAP, no dia 01 de outubro, em que estará presente o Secretário António Cruz;-----
- Encerramento da Primeira Edição da Semana do Idoso, no dia 01 de outubro, em que estará presente o Secretário António Cruz;-----
- Inauguração de uma exposição a celebrar os 25 anos do artista severense Leandro Machado;-----
- Concerto da Filarmónica Severense, no dia 02 de outubro, onde a Mesa será representada pelo Secretário António Cruz.-----

Presidente da Assembleia Municipal perguntou se havia alguma dúvida ou pedido de esclarecimento em relação à correspondência. Não havendo, deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

-----**2 – Período de Antes da Ordem do Dia**-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

Feitas as inscrições, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a primeira palavra a António Dias.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, os senhores membros da mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal, público aqui presente e caros jornalistas. Antes de mais, obrigado senhor Presidente da Assembleia por ter escolhido Talhadas. Ouvi, há pouco, o senhor Presidente dizer que não conhecia este espaço. Aconselho-o a conhecer. Talhadas é uma terra que bem sabe receber e, por isso, será sempre bem-vindo. Trata-se de uma descentralização dos órgãos autárquicos do nosso concelho. Esta descentralização foi iniciada em 2019 ainda no tempo do anterior executivo. Foi uma proposta do CDS. Foi, infelizmente, parado, sofreu um interregno por causa da pandemia Covid-19 e, felizmente, agora que tudo parece mais ultrapassado estamos aqui hoje. Sejam bem-vindos a Talhadas. Senhor Presidente da Câmara, eu tenho aqui alguns esclarecimentos que gostava de ouvir da sua parte aqui em Talhadas. Primeiro, tenho que agradecer uma vez que estamos aqui num espaço que está a ser renovado e, mais uma vez, estamos a usar o dinheiro do protocolo estabelecido com a Câmara Municipal para fazer aqui obras. Tudo que é alumínios, pinturas, tratamento de madeiras será englobado nesse protocolo. Mais uma vez, obrigado. Em termos de freguesia, eu gostava, senhor Presidente, que me esclarecesse aqui algumas situações, entre as quais a abertura da creche na freguesia de Talhadas. A Santa Casa tem todas as condições e, infelizmente, o ano escolar abriu e ainda não abriram a creche. Eu gostava de saber se está para breve, se andam a divagar e não dão resposta, primeiro esclarecimento. Segundo, senhor Presidente, eu tenho aqui e o senhor Presidente sabe, algumas habitações que ainda não têm ruas pavimentadas, ainda estão em terra batida. Eu gostava de saber, senhor Presidente, se tenciona vir aferir no local e a possibilidade de reparar essas estradas. Também, senhor Presidente, gostava de saber aqui, e sei que vai avançar brevemente, mas, gostava de saber da sua voz, a estrada das Arcas, Silveira, no fundo na Póvoa, também, Cortez, a estrada do Seixo, a E.N. 333 das Roçadas à Vide e depois da Vide ao Cortez, Doninhas à Macida e de Vilarinho a Frágua. Há outras, mas estas, pelo menos, gostaria de ter um esclarecimento. Senhor Presidente, infelizmente, com os transportes escolares, de que vou falar de seguida, há uma situação em que o autocarro para se deslocar de um lugar para outro, ou seja, da Vide para a Boucinha para o Cortez, tem que circular cinco quilómetros, aproximadamente, no concelho vizinho de Oliveira de Frades. Está lá uma estrada, mas precisa de obras. Gostava de saber se estão disponíveis para ajudar, uma vez que a Junta, possivelmente, pode averbar uma parte da verba do protocolo para essa situação. Centro Escolar da freguesia de Talhadas, temos ali a escola, a Junta adquiriu o terreno e gostava de saber se há, ou não, possibilidade de fazerem cá um, uma vez que não foi contemplada a parte de cá do rio. Protocolos das limpezas, já solicitei e gostava de saber quando tencionam atualizá-lo, uma vez que há ruas que a Junta não limpa porque não estão protocoladas e são vários quilómetros. Também os transportes escolares dos estudantes da freguesia de Talhadas, tanto do primeiro ciclo como do segundo ciclo e até secundário melhoraram ligeiramente. É um facto. Mas, os do primeiro ciclo continuam a sair muito cedo de casa. Pergunto, senhor Presidente, o porquê de, por exemplo, a Junta de Freguesia e as associações de pais não terem tido uma palavra neste ponto. Ninguém foi tido, ninguém foi achado, mas tudo bem. É a vossa opinião e a vossa postura. Senhor Presidente, gostava de saber, também, da sua voz, nós vamos ficar, em breve, sem médico. O médico de família da Extensão de Saúde de Talhadas vai-se aposentar e gostava de saber qual é o ponto de situação em relação a essa substituição. Se está para breve ou se é para demorar. Também, senhor Presidente, sei que estava em bom andamento, mas gostava de

saber aqui, da sua voz, como é que está o ponto de situação da zona industrial. Sei que, aparentemente, está tudo desbloqueado, já passou na Assembleia Municipal e gostava de saber se já foi publicado em Diário da República e se as empresas já poderão adquirir lotes, uma vez que tenho vários interessados. Senhor Presidente, também gostava de saber se, em relação à zona industrial de Talhadas tenciona, ou já tem em andamento, alguma candidatura a apoios, nomeadamente nacionais e comunitários, tal como fazem outros municípios. Balcão BUPi, senhor Presidente, já lhe falei numa sessão anterior, gostava de saber, todas as pessoas que têm terrenos rústicos andam, entre aspas, num alvoroço porque não sabem muito bem o que fazer, uma vez que não têm, no fundo, horário, disponibilidade, etc. Eu, em nome da Junta de Freguesia, disponibilizo a Junta para ajudar se for necessário. Senhor Presidente, também já o solicitei numa reunião anterior e gostava de saber, da sua voz, a Junta gostava de, entre aspas, protocolar com a Câmara, uma vez que a Câmara tem gabinete de arquitetura e de engenharia, de construir um espaço habitacional, ou seja, custos controlados, desde que não desse prejuízo para a Junta nem para a Câmara, era bom para algumas pessoas da freguesia que, infelizmente, não têm terrenos para construir. Por fim, senhor Presidente, mais uma vez, sei que andam a intervir junto da praia fluvial do Alfusqueiro, no Cortez, a Junta não foi tida nem achada, portanto, eu soube por fregueses aqui da freguesia e eu gostava de saber se falou ou se comunicou com o senhor Presidente da Câmara do concelho de Águeda no sentido de corrigir aquelas fissuras que estão, sobretudo, do lado do Préstimo. Aquilo é um perigo para quem ali passa. A estrada ficou cortada em função das grandes cheias de 2019 que abriram lá um grande buraco, estão com terra, e, um dia destes, pode lá acontecer uma tragédia. Gostava que me desse uma palavrinha sobre isso. por fim, senhor Presidente, já falei, ainda no tempo do anterior executivo, volto a falar hoje, eu tenho visto, ainda agora vi umas publicações, da CAOP, tenho visto alguns mapas, não vi os originais porque não tive acesso a eles, na zona entre a freguesia de Talhadas e a freguesia de Ribeiradio, estão lá os marcos e aparecem nos mapas cerca de quinhentos metros em linha reta para o lado de Talhadas. Eu gostava de saber, senhor Presidente, quando é que nós vamos corrigir isso, uma vez que nascentes da freguesia atestam nesses terrenos. Senhor Presidente, obrigado. Sejam bem-vindos a Talhadas. Uma boa reunião para si e para todos.----- Terminada a intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal** aproveitou para dizer ser um prazer estar em Talhadas, com a presença de um número muito razoável de pessoas no público, se calhar como nunca tiveram, estando satisfeito com esse facto. De seguida, passou a palavra a Isabel Tavares.-----

Isabel Tavares – Boa tarde a todos. Eu não venho falar de obras. Cumprimento o senhor Presidente e restantes membros da Mesa, o senhor Presidente da Câmara e restantes vereadores, os deputados municipais e presidentes de Junta, particularmente o senhor Presidente da Junta da freguesia de Talhadas, que é hoje o nosso anfitrião e público aqui presente. A completar o primeiro ano deste mandato dos órgãos autárquicos, venho aqui fazer um balanço do que foi feito na área do ambiente, tema que, como devem saber, me é muito caro, e deixar algumas sugestões. É muito importante fazer um trabalho de educação ambiental junto de toda a população, com ações de sensibilização e exemplos de boas práticas a favor da sustentabilidade, para garantir um futuro às gerações seguintes. Infelizmente, o que vemos é lixo deixado ao abandono, encostado aos ecopontos e um desinteresse generalizado no que respeita às questões ambientais. Só poderemos ter algum impacto junto dos munícipes se o exemplo começar por nós, autarcas, como representantes da população do nosso concelho. Nesse campo, apraz-me registar alguns pequenos passos, mas que já têm algum impacto; falo, por exemplo, do facto de terem sido distribuídas pelos funcionários municipais 150 garrafas reutilizáveis, substituindo as paletes de garrafas de água (miniaturas) que se viam por lá circular; parece um passo sem importância, mas pode evitar a circulação de mais de 75000 dessas garrafas por ano, que, infelizmente, não tenhamos ilusões, nem todas iriam para reciclar... resta-nos a esperança de que os utilizadores das mesmas as reencham com água da torneira, mostrando, assim, confiança

na qualidade da água da rede pública. Mas, obviamente, há um longo caminho a percorrer – porque não usar as águas cinzentas, isto é, águas reutilizadas, que podem ser, por exemplo, as que saem da ETAR, para regas dos jardins e lavagem de espaços públicos ou dos contentores do lixo? Quanto à poupança de energia, o que está a ser feito ou o que está previsto fazer-se? Porque não desligar metade das luzes públicas, onde existem candeeiros em todos os postes, ou alguns que estão muito próximos uns dos outros? Tudo sem pôr em causa a segurança e visibilidade das pessoas. No que respeita à mobilidade, é com agrado que vemos circular diariamente os veículos elétricos do município, como não poderia deixar de ser, e a estes deve ser sempre dada a prioridade no uso, bem como, pelo último ponto da ordem de trabalhos desta sessão, registo com agrado a aquisição próxima de um autocarro elétrico para o município. Tenho consciência de que não é fácil dotar o nosso território de transportes públicos eficientes. Porém, há pequenas alterações que podem passar a fazer parte do nosso quotidiano. Como já referi, nós autarcas temos que dar o exemplo, pois, como podemos motivar os nossos concidadãos se nós próprios nos deslocamos para estas assembleias descentralizadas, cada um na sua viatura, em procissão, para o local da mesma. Deixo aqui a sugestão de se organizarem as boleias possíveis, ou, idealmente, de nos deslocarmos todos no autocarro municipal. Também os lanches e as águas poderiam ser mais sustentáveis. Como disse, podemos tentar evitar o uso do plástico nas Assembleias, seja na água que bebemos aqui seja no lanche que temos de convívio, podemos fazer melhor. Fica a sugestão e pedido para o futuro. Então, cada um dos 10000 severenses, o que pode fazer? Não aceito o argumento de que uma pessoa sozinha não pode fazer nada. Costumo comparar esta situação à de uma gota no oceano – uma gota sozinha não é um oceano, mas não há oceano sem gotas, e juntos seremos mais fortes. Podemos evitar algumas viagens de carro ou mesmo de avião, podemos poupar água e energia, podemos plantar mais árvores autóctones, podemos repensar o nosso consumismo excessivo e, muitas vezes desnecessário, que leva, inevitavelmente, a desperdícios e produção de resíduos. E não, já não basta reciclar. Tudo o que aqui referi são pequenos gestos, mas temos de começar por ações simples para perceber o alcance que podem atingir e daí partir para gestos cada vez mais significativos. Lembro aqui as imagens que todos nós vimos na comunicação social há pouco mais de 2 anos – bastaram 3 semanas de confinamento global dos humanos, para que os níveis de poluição ambiental baixassem drasticamente. Isto tem que nos fazer pensar e agir. Um dos nossos principais objetivos deveria ser a plantação massiva de árvores autóctones, para aumentar a captura de carbono e dificultar a propagação de incêndios florestais, o que já se vem fazendo aqui e ali. Porém, deparamo-nos com uma dificuldade - o grupo que integro tem centenas de árvores para plantar, mas parece não existir, no nosso território, muito espaço livre onde isso possa ser feito. Foram contactadas todas as juntas de freguesia para tentar fazer um levantamento da situação – as que já responderam a este contacto, algumas com membros pertencentes à comissão municipal de defesa da floresta, referiram estar adequadamente arborizadas, apenas se queixando da proliferação desordenada e intensiva das acácias. Urge mudar o paradigma da floresta no nosso concelho e olhar para as árvores como um parceiro de quem dependemos para a sobrevivência da espécie. Sonho com um concelho descarbonizado e sustentável para garantir um futuro às próximas gerações. Obrigada pela vossa atenção.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a João Oliveira.-----
João Oliveira – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, senhores deputados, senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, caros senhores presidentes de Junta, comunicação social, meus senhores e minhas senhoras. Em primeiro lugar, quero dizer-vos que o assunto da creche de Talhadas está a ser tratado pela Santa Casa da Misericórdia de Sever do Vouga, pela Câmara Municipal e pela Segurança Social. Neste momento, estão abertas inscrições para utentes da creche e aguardamos que a Segurança Social nos envie o protocolo de colaboração para podermos abrir a creche. Sem esse protocolo, não é possível abrir a creche, portanto, só

nos falta receber isto. São as informações que tenho sobre isto. Esperamos abrir dentro de pouco tempo, mal tenhamos o protocolo da Segurança Social e as inscrições. Quero referir que condenamos veemente os atos de vandalismo, inadmissíveis e vergonhosos, que têm acontecido nos últimos tempos no nosso concelho e que envergonham os severenses. Recentemente, foi o roubo dos símbolos e tampões em várias viaturas, em diferentes locais do concelho – em Paçô, durante a Festa de São Mateus, no centro da vila, junto ao Bar Bacco e, também, na viatura de serviço do Presidente da Câmara Municipal. Senhor Presidente, não se trata de uma perseguição à sua pessoa. Pior que isso, trata-se de atos selvagens com maior amplitude, que devem ser denunciados e investigados pelas autoridades, para que os autores dos mesmos tenham o castigo que merecem. Neste, e em qualquer caso de vandalismo, pedimos à Câmara Municipal a máxima colaboração com as autoridades que investigam os mesmos. No final do mês de julho, foi vandalizada a porta da Câmara Municipal. Tratou-se de mais um ato de vandalismo, condenável e inaceitável, de contornos macabros, praticado por gente cobarde a coberto da noite e que repudiamos. Relativamente a esta situação, lamentamos as declarações feitas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal ao jornal Beira Vouga, ao referir que estes atos podem estar relacionados com um conjunto de situações recentes, como “a divulgação da situação financeira em que o atual executivo encontrou a Câmara, com o aproximar do término e divulgação das auditorias levadas a cabo, entre outras questões”. Senhor Presidente, gostaríamos de saber que indícios tem para relacionar este ato com as contas e com a política, e para, de certo modo, insinuar que o mesmo poderá ter sido praticado pela oposição ao atual executivo? Com todo o respeito, pergunto ainda, porque não relacionou este ato, por exemplo, com atos de bruxaria, com uma brincadeira, naturalmente de mau gosto, ou até com as pessoas que o apoiam ou que se dizem seus apoiantes? Gostaríamos, ainda, de saber em que ponto se encontra a investigação deste caso, levada a cabo pelas autoridades, pois é muito importante descobrir quem praticou estes atos e a sua motivação. Permitam-me, ainda, que, de uma forma construtiva e colaborante, no sentido da melhoria, coloque aqui algumas questões, que considero pertinentes e cuja resolução contribuirá com certeza para o bem-estar dos severenses. Ecopontos – ultimamente tenho-me deparado com alguns ecopontos da recolha seletiva de vidro cheios e com um amontoado de vidro à sua volta. Isto em diversos pontos de recolha desta vila. Um deles, que se encontra uns metros abaixo do largo da Cruz já no dia 8 de setembro se encontrava cheio e ainda ninguém veio proceder à recolha. Também se constata que os responsáveis pela recolha do conteúdo dos ecopontos, no momento da recolha não se preocupam em apanhar os produtos que caem dos ecopontos durante o processo de recolha. Sendo o Município responsável pelo correto funcionamento do sistema, gostaria de saber se existe algum motivo para esta situação e quando será regularizada. Piscina – face à falta que a piscina faz aos severenses, gostaria de saber se mantém a confirmação da sua abertura para final do corrente ano. Ao que julgo saber o novo regulamento da piscina encontra-se em elaboração. Seria bom que os utentes da mesma pudessem emitir a sua opinião, para que não fossem concessionadas 4 pistas e deixada apenas uma para os trabalhadores que no final do dia fazem uso da piscina e que por vezes mais parecem sardinha em lata de conserva. Ecopista – a época das chuvas aproxima-se e se nada for feito, para além das silvas, também as águas barrentas que deslizam das encostas continuarão a invadir, enlamear e a tornar escorregadio o piso da ecopista, sobretudo no troço Estação de Paradela/Cedrim. Seria bom que esta situação fosse tratada com brevidade. Parque infantil cantinho da brincadeira – o parque infantil da vila já se encontra encerrado há algum tempo. Gostaríamos de saber porque continua encerrado, quais as ações que estão previstas para o mesmo e quando é que as nossas crianças poderão usufruir destas instalações. A sua vedação em madeira, se não for tratada terá que ser substituída, com os consequentes custos. A área circundante ao parque infantil encontra-se em péssimo estado, nomeadamente, o Bar Cantinho da Praça ao abandono, e com interior com muito mau aspeto e com visibilidade a partir do exterior, os bancos de jardim com um aspeto horrível

e impróprios para o seu uso, o piso envolvente em péssimo estado. Se queremos ser um município voltado para o turismo e para a proteção ambiental, e temos condições naturais excelentes para isso, teremos que ter a vila mais apresentável e mais sedutora, para que quem nos visita nos recomende e volte. Obrigado a todos.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Sérgio Soares.-----

Sérgio Silva – Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente e vereadores da Câmara, senhores deputados municipais, público presente, Talhadenses. Antes de mais queria começar por dizer que concordo e revejo-me no discurso da Professora Isabel Tavares especialmente naquilo que é a reciclagem e a poupança e dar, também, os parabéns à SeVerde por uma das últimas atividades que fizeram na E.N. 16. Parece que não, mas nota-se, pelo menos naquilo que diz respeito a plásticos, papéis e a lixo, propriamente dito, que a estrada está limpa. Ao contrário daquilo que é as valetas, as ervas que crescem e ontem, por exemplo, foi um dia que nós nos apercebemos. Eu não costumo viajar em transportes pesados e de grandes dimensões, mas ontem, ao viajar no autocarro da viagem sénior percebi o quanto é difícil e o quanto transtorna a falta de limpeza de valetas em algumas estradas do concelho. Mas, eu venho aqui falar de um fenómeno interessante que tem ocorrido neste último ano desde que este novo executivo tomou posse. Um fenómeno que começou com o nosso Presidente da Câmara que disse, aqui, numa Assembleia Municipal, que havia documentos que tinham desaparecido dos arquivos da Câmara Municipal, nomeadamente o parecer técnico e o parecer político relativo ao aproveitamento hidroelétrico de Lourizela no Rio Lordelo, em Couto de Esteves. É engraçado e é curioso que há documentos que desaparecem e há outros que andam muito à mão e facilmente, até, andam no bolso do Presidente e são distribuídos pela população, nomeadamente na freguesia de Couto de Esteves. E aqui, também digo que, e volto a falar na Professora Isabel Tavares, e na sua intervenção, que realmente era escusado, ainda hoje saiu este jornal da Câmara Municipal, pelo menos na freguesia de Couto de Esteves, podíamos ter poupado uma série de impressões porque não sei se já tiveram oportunidade de ver, mas noventa por cento da informação que aqui está, em Couto de Esteves era escusado ser distribuída porque o senhor Presidente, que é um presidente de proximidade, também já percebemos isso, que vai a casa das pessoas, que gosta de ouvir as pessoas e leva, também, a informação, ainda antes do jornal, a casa das pessoas. Neste sentido, e voltando ao parecer que o senhor Presidente diz que não existe na Câmara e que também chegou mesmo a dizer que iria ter que passar por mais uma vergonha e ir a entidades externas para conseguir ter acesso a este parecer, eu tenho aqui o parecer. Vou deixar aqui na Mesa e, se o senhor Presidente da Assembleia quiser fazer chegar ao executivo, assim o nosso Presidente já escusa de passar por mais uma vergonha. Disse.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Monteiro.

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta. Queria, nesta minha primeira intervenção, enquanto líder de bancada do CDS, agradecer ao senhor Presidente da Junta da Freguesia de Talhadas, e meu colega de bancada, a disponibilização deste espaço para a reunião da Assembleia Municipal e saudar o facto de, pela primeira vez, reunirmos, aqui, em Talhadas, e termos o gosto de aqui estarmos com tantos Talhadenses que ficarão, assim, mais próximos daquilo que é o funcionamento deste órgão podendo, também, como é prática em todas as assembleias municipais no final, se assim o entenderem, inscreverem-se para partilharem aquilo que são as suas preocupações com a Assembleia Municipal porque este é um período de audição das pessoas perante a Assembleia Municipal. E, saudar o senhor Presidente da Junta da Freguesia de Talhadas que a Assembleia Municipal já conhece com o seu dinamismo, com a sua capacidade de reivindicação, mas, também, com a sua capacidade de iniciativa. Nós, neste momento, já fizemos um ano e quatro dias desde as eleições autárquicas. Ainda não temos um ano de aniversário sobre a posse, mas estamos quase lá e

é tempo de olharmos para aquilo que é o próximo ano orçamental. Nós tivemos dois anos de crise resultante do Covid-19. Neste momento, temos uma crise causada pela guerra da Ucrânia que levou a um aumento dos custos de energia, um aumento da inflação e que está a conduzir, também, ao aumento das taxas de juro. Tudo isto tem consequências que são, particularmente, graves para as empresas e para as pessoas. As empresas porque produzem, e aqui em Sever isso acontece recorrendo à energia e para as pessoas que têm que suportar estas taxas de inflação. As consequências, em termos ciclo económico, podem levar a uma crise particularmente grave em toda a Europa e que nós, aqui em Portugal, não estamos imunes a ela, e, por isso mesmo, aquilo que eu gostaria de chamar a atenção, senhor Presidente da Câmara, e pedir também se nos poderia dar algumas linhas em relação àquilo que é a preocupação na elaboração do próximo Orçamento Municipal. Sabemos que, a seguir, na Ordem de Trabalhos, temos as matérias relativas às taxas e aos impostos municipais, mas aquilo que são as preocupações e as opções porque nós, durante muitos anos, ou alguns anos, aqueles em que eu pude aqui estar, tínhamos um orçamento que era razoavelmente opaco. Tínhamos várias obras elencadas, sabíamos que eram dotadas com verbas insuficientes para a sua realização, portanto, não sabíamos exatamente quais são as opções. E, em alturas de crise, é muito importante sabermos distinguir o que é urgente do que é importante para que o urgente não atrepele o que é importante e aquilo que são os compromissos que são assumidos e que levaram já a que, neste primeiro mandato, houvesse algumas realizações. É importante percebermos o caminho que vamos ter, daqui para a frente, no próximo orçamento, face a esta situação de crise que atingirá os Severenses, as empresas Severenses e, também, obviamente, o Município. E do exemplo que aquilo que, neste momento, já é possível ver de compromissos que foram assumidos e que estão a ser executados, eu relembro, por exemplo, a área de reabilitação urbana que foi criada para as freguesias e que, no anterior mandato, só tinha sido aceite, pela Câmara, para a sede do concelho. O que é que significa esta área de reabilitação urbana que também já existe, aqui, em Talhadas? Que quem quiser reabilitar uma habitação já não tem que pagar, na empreitada, os 23% de IVA tem direito a pagar a taxa reduzida de 6%, por exemplo. Isto já é uma ajuda importante e é bom que as pessoas estejam informadas disto. Em relação à matéria relativa ao transporte escolar, a luta que o CDS teve, no mandato anterior, e em que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Talhadas deu o exemplo e que, neste momento, já existe também para todo o concelho que era o transporte escolar ser gratuito para todos os alunos até ao 12º ano enquanto havia escolaridade obrigatória. Foi importante. Neste momento, estão-se a dar passos para fazer algo que já vai além desta questão de gratuitidade, que é melhorar o horário e essa é uma preocupação que o senhor Presidente da Junta de Talhadas, e que nós temos sentido, que interessa, não só aos Talhadenses, mas a todas as crianças Severenses, que os transportes escolares sejam aqueles que melhor sirvam as famílias de Sever. Questões como a lista de obras, que aqui foi trazida pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Talhadas, serão, obviamente, clarificadas se se souber qual é a ordem de prioridade dessas obras, se aquilo que nós temos como uma hierarquia da sua importância for clara para todos. Sabemos que se vai iniciar a obra da Silveira às Arcas, sabemos que também parece que irá avançar um novo parque infantil, mas saber que os orçamentos são para tornar claras estas opções para todos os deputados municipais, para todos os presidentes de Junta é, também, aquilo que é a nossa preocupação e deixando, mais uma vez, um apelo para que se ponderem aquilo que são os apoios necessários nesta altura de crise. Muito obrigado.-----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra a Patrícia Santos.-----

Patrícia Santos – Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restantes membros, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores presidentes de Junta, comunicação social, público presente e online, boa tarde a todos. Tal como o resto do país, vivemos num concelho envelhecido e que tem vindo a perder população ao longo dos últimos anos. Nem a propósito, estamos a viver a primeira edição da Semana do Idoso, parabéns pela iniciativa. Demonstrou ser um enorme

sucesso e os nossos idosos merecem o devido respeito e reconhecimento. Mas, sermos um dos concelhos mais envelhecidos do país acarreta mais responsabilidades, quer ao nível do apoio físico e emocional do idoso, quer ao nível da saúde de todos. Bem sabemos que as carências na área da saúde são muitas e que o nosso concelho não escapa a essa realidade, por exemplo, a realidade de ter horas para adoecer. Até há uns meses atrás, era proibido adoecer no nosso concelho depois das 20:00, agora é depois das 17h30 e todos sabemos que as idas aos hospitais são morosas e muitas vezes com diagnósticos imprecisos. Fora os malogrados doentes que caem numa cama de hospital e veem a sua saúde degradar-se pela falta de monitorização que gera o agravamento das suas doenças e alguns casos a morte prematura, devido ao constante entupimento dos serviços e falta de profissionais. É a realidade do nosso país, bem sabemos, mas não tem de ser necessariamente a realidade do nosso concelho, talvez mudar de estratégia seja uma solução. Uma vez que teremos médicos a atingirem a idade da reforma este ano e no próximo, o que vai agravar ainda mais a nossa precária saúde, que medidas foram ou estão a ser implementadas? O plano municipal de saúde em que ponto de situação está? Tem havido reuniões com o ACeS Baixo Vouga ou com o ministério da saúde? Com que conclusões? Que a saúde de todos os severenses seja sempre uma prioridade, para o eficaz desenvolvimento económico e social do nosso concelho. Muito obrigada.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a David Alves.-----

David Alves – Boa tarde, senhor Presidente da Assembleia, restantes membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores membros do executivo, camaradas de bancada, senhores membros da Assembleia, senhores presidentes de Junta, público em geral, jornalistas. Eu venho aqui divagar sobre três pontos. Não é para chatear ninguém, mas toda a gente sabe que nós temos dois pavilhões desportivos cobertos no concelho. O que pertence à direção escolar e o outro que pertence à associação Pessegueirense. No tempo do polidesportivo Severense, havia uma série de entidades, associações, grupos que utilizavam o pavilhão municipal. Acontece que, quando o mesmo foi entregue ao Parque Escolar para obras encerrou, esses mesmos elementos desses grupos conseguiram arranjar tempo e espaço no pavilhão de Pessegueiro. Infelizmente, este ano, a associação de Pessegueiro informou os utentes que não era possível cederem o espaço porque as suas atividades ocupavam o tempo todo e ainda iam precisar, provavelmente, do pavilhão do Centro Escolar. Eu faço parte de um grupo que tem 40 anos de atividade nesses pavilhões. Pedimos, como os outros, a GNR, os Bombeiros, pedimos ao Centro Escolar para que nos cedesse um espaço que, no meu entender, quando foi feita a entrega do pavilhão ao Parque Escolar estava contemplada a utilização particular nos horários fora do tempo escolar. Neste momento, sei que o Conselho Diretivo está a analisar os pedidos que foram feitos, e foram muitos, e a tentar encontrar uma solução para nós. Não culpo nenhum executivo por isto, mas deixo o alerta para que, em Sever do Vouga, provavelmente temos necessidade de mais um polidesportivo coberto. O executivo terá de começar a pensar se vale a pena fazer esse tipo de investimento e começar a agendar e a preparar em termos de custos. Javalis, eu gosto muito de carne de javali, mas temos tido, este ano, uma série de danos e pedidos e reuniões e manifestações de muita gente que se sente afetada com os prejuízos que os javalis causam. Na análise que eu fiz, embora não seja caçador, lido de perto com alguns caçadores e associações de caçadores e eles dizem não ter excesso de javalis. O nosso concelho, em termos florestais e em termos agrícolas, é imenso. Em termos de números, a densidade é pequena. O problema é que nós temos muita densidade florestal, mas temos pouca densidade agrícola. Os terrenos foram abandonados, as culturas cada vez se concentram mais em pontos restritos e o javali não come silvas, não come eucaliptos, não come mato. Come aquilo que nós produzimos – batatas, milho, tudo isso. A partir desse momento, será difícil nós coexistirmos com isto. Não vai ser fácil. Vai haver uma acalmia porque entramos num período em que eles vão comer as castanhas e as bolotas, mas no próximo ano teremos o mesmo problema. Não vamos dizer às pessoas para cultivarem mais terrenos porque as pessoas já não querem cultivar. Eu entendo que

pode haver, aqui, um ponto de partida que é as associações de caçadores, as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal podem, eventualmente, começar a tentar minimizar este impacto. Primeiro – há muitos terrenos abandonados que são zonas potenciais de conservação dos animais nesse sítio. Estou a falar de terrenos abandonados que estão com silvas. Poderiam, perfeitamente, as associações de caçadores tomando essa iniciativa em conjunto, em pontos estratégicos do concelho, através de um contrato de comodato com os donos desses terrenos que estão abandonados, a silvas, e que antigamente eram bons terrenos de produção agrícola. No contrato de comodato limparem e cultivarem, quer para os javalis, quer para as aves, porque nós não temos perdizes porque não temos centeio, não temos trigo, não temos nada se não temos eles não vivem cá. Esses espaços seriam aproveitados pelas associativas, faziam cultivo através de um contrato de comodato, teria de ser a médio-prazo, e criavam lá os bens necessários monitorizados, controlados. Teriam uma fonte de rendimento as associativas porque o javali come aquilo que precisa e, muitas vezes, só quando são novos é que estragam, o que recolhessem poderiam entregar a outras pessoas que eram prejudicadas nessa época pelos estragos. Podiam monitorizar, controlar e aí é, evidente, selecionar. Eu não sou caçador. O caçador, se vir uma fêmea com crias não atira. Um bom caçador não atira. Atira no macho. E a minha opinião, neste momento, é que temos de começar a ver desbaste nas fêmeas porque são elas que reproduzem. É uma achega, é um alerta, é eventualmente um ponto de partida para uma reflexão. Terceiro ponto, e último, cães vadios. Nós temos, neste momento, no concelho, um problema grave de cães vadios porque se estão a começar a multiplicar e de uma forma muito violenta. Ainda esta semana, muito perto de mim, três ovelhas foram mortas pelos cães e eu vi-os muito perto. Eles não têm medo, eles atacam. Provavelmente só vamos tomar medidas sobre os cães vadios quando houver um acidente grave com alguém. A Câmara Municipal tem uma função de recolha, mas esqueçam. Um canil municipal, como os outros canis municipais, estão cheios. Não há hipótese nenhuma do canil municipal. Só se fizerem um do tamanho do aeroporto de Lisboa e, mesmo assim, tenho dúvidas. Um cão tem média de vida de 12 anos. Quando o canil estiver cheio, doze aninhos, o nosso bichinho está lá a comer e a beber à conta. Continuo a pensar que só há uma hipótese que é alterarmos a lei porque a lei, infelizmente, está conforme está. O que eu peço ao senhor Presidente da Câmara é que, juntamente com outros municípios, e que tem a Associação Nacional de Municípios, que comecem a pressionar o governo para alterar a lei. Nós não somos meninos da cidade para ter um cãozinho pequenino. Nós, aqui, vemos a coisa de forma diferente. A única hipótese que tem, na verdade. Os municípios em conjunto porque tem uma associação de municípios que tem força, dizer ao governo para alterar a lei. É tudo.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimas senhoras e senhores vereadores, excelentíssimas senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal, excelentíssimas senhoras e senhores presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores, a todos muito boa tarde. Uma saudação especial ao nosso anfitrião, ao Presidente da Junta de Talhadas, António Dias. Começo, precisamente, por si, procurando responder de forma breve a todas as suas questões. A abertura da creche, o senhor deputado municipal, João Oliveira, já explicou a situação. Tem sido um esforço tripartido entre a Câmara Municipal, a Santa Casa da Misericórdia e a Segurança Social para resolver um problema que se arrasta há dez anos. Está bem encaminhado. A creche vai abrir. Não sei precisar o dia, mas sei que, neste momento, a Santa Casa da Misericórdia já encetou todos os esforços para que a creche abra. Estradas para colocar pavimento, infelizmente, ao longo de todo o concelho, nós temos dezenas de estradas que temos que pavimentar. Aqui, em Talhadas, vamos iniciar, muito brevemente, a estrada das Arcas. Era uma estrada prometida com mais de vinte anos que foi adjudicada à empresa

Paviazeméis e esperamos, nas próximas semanas, iniciar a sua pavimentação. Protocolo das limpezas, já não é a primeira vez, nem a segunda vez, que o senhor António Dias coloca essa questão e eu quero dizer-lhe que não existe nenhum protocolo de limpezas entre nenhuma Junta e a Câmara Municipal. O que existe, desde 1 de janeiro de 2021, é um auto de transferência de competências que foi assinado pelos senhores presidentes de Junta, da altura, e o senhor Presidente da Câmara cessante, que não tem nada a ver com este executivo, onde estão expressas as competências que deixaram de ser da Câmara e passaram para as juntas, e os recursos financeiros que são atribuídos às juntas de freguesia para terem a capacidade de assumir essas competências. No boletim municipal deste mês, e porque havia muitas dúvidas, inclusive, de alguns presidentes de Junta, que me parece, francamente, que não souberam que assinaram, nós entendemos publicar, no boletim municipal, os autos de transferência de competências, os cadernos de encargos que são implícitos a um auto de transferência de competências e recursos, porque os valores que são atribuídos não saem do céu. É evidente que existe um caderno de encargos associado sempre a um auto de transferência e recursos e, também, as vias que estão sujeitas a limpeza por parte das juntas de freguesia. Eu quero-vos dizer que só tomei conhecimento desta situação por volta de fevereiro. Não tinha conhecimento disso, mas, neste momento, a responsabilidade é das juntas de freguesia. As que existem e as que venham a existir. E, se quiserem discutir o assunto, naturalmente a Câmara está aberta à discussão, mas é algo que tem de ser tripartido, nomeadamente com a Direção Geral das Autarquias Locais porque o dinheiro nem sequer passa pela Câmara Municipal. O dinheiro vem diretamente do Orçamento do Estado. Portanto, eu deixo isto muito claro. Foi assumido um auto de transferência de competências e recursos, assinado em maio de 2021, para retificar algo que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2021, e que estabelece quais são as competências que deixam de ser da Câmara Municipal e passam a ser das juntas de freguesia e estabelece quais são os recursos que saem dos cofres da Câmara Municipal, por via direta, vinda do Orçamento do Estado para as juntas de freguesia. Segundo sei, tem havido reuniões com o senhor Vice-Presidente, que faz essa inter-relação com as freguesias, mas o auto competências e recursos que existe está em vigor, é para o que existe e é para o que venha a existir. Zonas industriais, como sabe, ainda não saiu em Diário da República e a seguir à saída em Diário da República é um processo que demora, naturalmente, muito tempo. Isto vai demorar anos. A zona industrial de Talhadas esteve parada no tempo durante muitos anos. Nós entendemos fazer um alargamento da zona industrial de Talhadas, aproveitando a segunda alteração da primeira revisão do PDM, que decorreu, terminou e seguiu os parâmetros normais e foi aprovada em Assembleia Municipal recentemente. Neste momento, o nosso gabinete de arquitetura está a fazer a arquitetura da zona industrial. Depois, teremos de contratar alguém para fazer os projetos de especialidades porque a Câmara Municipal não tem capacidade para isso e, assim que abram candidaturas, que não existem ainda candidaturas abertas para áreas de acolhimento empresarial, naturalmente que nos candidataremos para, o mais depressa possível, nós vermos a zona em funcionamento. Sobre os médicos de família, vou deixar para um pouco mais tarde. Relativamente ao BUPi, efetivamente nós queremos trazer o BUPi, que está a funcionar muito bem na Câmara Municipal, até às freguesias. Por indisponibilidade de veículos, que estamos a tentar resolver rapidamente, ainda não foi possível. Esperamos que nos próximos meses isso venha a acontecer. Sobre os limites da CAOP, isto existe em todo o concelho. Tivemos, já, uma reunião com Albergaria e Silva Escura, e Pessegueiro. Teremos que ter, naturalmente, uma reunião com Oliveira de Frades e Talhadas e Cedrim. Agora, isto não é algo consensual, portanto, quem fez as cartas traçou uma linha reta e agora terá que ser tudo negociado. Sei que já se anda há muitos anos com isto e não tenho dúvidas de que haverá muito mais anos com isto também. Sobre os transportes, muito rapidamente, no presente ano letivo de 2022/2023, reforçamos estes transportes escolares com a inclusão de mais uma viatura, o que permite, atualmente, os alunos de Talhadas saírem mais tarde e chegarem mais cedo a casa. Era uma pretensão e solicitação, de há

alguns, anos desta população e, logo que foi possível, conseguimos resolver. Como devem compreender, este reforço de viaturas teve um enorme impacto financeiro nos cofres da autarquia, agravada pelo constante aumento dos combustíveis. No entanto, achamos que despende na educação não é um custo, mas um investimento no futuro do concelho e dos nossos jovens. Como também têm conhecimento, o processo de admissão de alunos nos vários ciclos escolares, desde o pré-escolar ao 12º ano, é constante, o que, conseqüentemente, reflete no número de pedidos de transporte escolar. É, para nós, um processo, francamente, confrangedor porque o que queremos é responder a todas as famílias para que não haja discriminações de acesso ao ensino. Há-que esclarecer, todavia, que os circuitos implementados no território têm horários diferentes, caso se trate dos alunos que vêm para o Agrupamento, 2º e 3º ciclos e do secundário, ou dos alunos que estão em fase do 1º ciclo. Isto significa que os horários, sendo diferenciados e faseados, as viaturas estão intrinsecamente implícitas neste concelho. Ou seja, cada viatura tem necessariamente de fazer dois circuitos. No caso concreto da freguesia de Talhadas, a segunda fase de circuitos para os alunos do 1º ciclo, inicialmente ajustada às necessidades e ao cumprimento de horários, sofreu, no decurso da segunda semana, alterações devido aos pedidos que foram surgindo após o arranque letivo e que viemos a constatar que tem conseqüências no cumprimento do horário das 09:00 e que está a ser resolvido. Permitam-me, também, constatar um facto – é que estamos a ter mais crianças e jovens e, naturalmente, mais famílias a instalarem-se no concelho. Sobre a Macida, no ano transato, os alunos do circuito especial de ligação ao transporte público que vem para o Agrupamento ficavam no lugar da Silveira. Este ano letivo, entendeu-se que seria benéfico para os alunos deste circuito especial de ligação apanharem o autocarro público na Macida, uma vez que lhe iria reduzir o tempo de espera. Deste modo, cumpre-se o prometido de sair mais tarde e chegar mais cedo a casa. Não é a melhor solução de todas, mas é a melhor solução que nós conseguimos arranjar. Isabel Tavares, situação dos ecopontos e do lixo, de facto, como sabem, o lixo foi adjudicado à empresa Luságua, através de contrato, e o contrato prevê uma série de obrigações que não estão a ser cumpridas, na totalidade, pela empresa Luságua. Nós temos entrado em conversações no sentido de melhorar aquilo que entendemos estar mal. Efetivamente, tivemos, este ano, sobretudo no mês de agosto, muito mais emigrantes do que era expectável e notou-se, muito mais, os caixotes do lixo cheios. Relativamente aos ecopontos e relativamente aos caixotes do lixo, eu só gostaria de dizer o seguinte: Sever do Vouga é um local onde se pode colocar o lixo, a qualquer hora, nos contentores. Há muitas cidades deste país em que é estipulado um horário e a pessoa coloca nesse horário o lixo. Em Sever do Vouga pode colocar a qualquer hora e aquilo que, muitas vezes, nós vemos é pessoas chegarem a um contentor, o contentor está cheio, e colocar fora do contentor. Cinquenta metros à frente tem um contentor completamente vazio. Verificamos, também, por exemplo, em Rocas, junto dos ecopontos, que as pessoas usam à beira dos ecopontos para deitarem entulho de obras. Existe um Ecocentro em Sever do Vouga que funciona, vamos agora tentar melhorar o horário, que permite que esse tipo de resíduos sejam lá colocados e, muitas vezes, a nível de caixotes até verificamos o seguinte: fiquei espantado, há dias, quando vi uma série de caixotes de papel colocados à beira de um ecoponto que estava vazio e perguntei porque é que não tinham colocado lá dentro e, a mim, responderam que não era obrigação do proprietário do restaurante dobrar as caixas e, portanto, colocava as caixas assim. Relativamente aos vidrões, pode, às vezes, algum falhar. É uma situação que temos que articular. Relativamente aos monos que se continuam a ver, basta ligar para a Câmara Municipal para pedir a recolha e naturalmente que o faremos. A poupança de energia, quando nós tomamos conhecimento do aumento exponencial o custo com a eletricidade, nós pensamos em várias medidas. Uma delas foi, evidentemente, lâmpada sim, lâmpada não. Mas, isso não é possível porque eu pensava que isso era automático, ou seja, era só chegar junto do contador e desligar metade. Não, as lâmpadas desligam-se, na maior parte dos casos, na própria luminária e isso tem custos muito grandes. A medida que tomamos,

juntamente com a E-REDES foi a substituição de cerca de mil luminárias por luminárias led, que está ainda a decorrer e a redução do tempo que, certamente, para o ano, até por causa de uma série de medidas que saíram esta semana em Diário da República, teremos que diminuir o tempo em que estão em funcionamento as luzes. Uma novidade que temos – vamos colocar vários carregadores elétricos em Sever do Vouga. Temos uma empresa interessada na colocação, penso eu, de cinco carregadores elétricos. Sobre o nosso concelho, a verdade é que temos uma mancha florestal de cerca de 76% do nosso concelho. Aquilo que lhe posso dizer é que, muito em breve, cerca de duas semanas, teremos, finalmente, uma engenheira florestal e esperamos que nos ajude a melhorar um bocadinho aquilo que encontramos. Senhor João Oliveira, atos de vandalismo, ultimamente temos tido vários atos de vandalismo. Não era costume, eu não me lembro, nos outros mandatos, de ver tantos atos de vandalismo. Mas, eu quero deixar claro que nunca referi que o ato foi realizado pela oposição ou por quem quer que seja. Isso foram palavras deturpadas pelo anterior Presidente da Câmara que se tentou vitimizar, mais uma vez, numa reunião de Câmara. Pegou numa expressão e deturpou tudo aquilo que eu disse e afirmou isto. Nunca disse que era a oposição nem nunca afirmei que fosse outra pessoa qualquer. Sobre a piscina, nós adjudicamos a reparação da cobertura da piscina, que era uma das subempreitadas necessárias e que não estavam contempladas na obra inicial, e, para além disso, avançamos agora com o concurso público para a pintura das paredes interiores, para a retificação do chão, para o tanque de compensação e para mais duas ou três situações. A minha esperança, porque sei que é uma infraestrutura que faz muita falta aqui no nosso concelho e é das perguntas que eu mais ouço é quando é que abre a piscina, é que esteja aberta até ao final do ano, início do próximo ano. Essa é, de facto, a minha esperança. Sobre a questão do parque infantil e sobre a questão do café. O parque infantil no arruamento novo, quando nós entramos no Município, não cumpria com as regras de segurança. Como não cumpria com as regras de segurança, se tivéssemos uma inspeção da ASAE, levaríamos uma multa muito grande, nós entendemos proceder ao seu encerramento. Nós temos um projeto que é a criação de um mercado municipal em toda aquela zona. Portanto, naquele local, não vai voltar a abrir o parque infantil. Assim como não vai voltar a abrir aquele café. Nós não procedemos a obras de melhoramento porque, em breve, pretendemos iniciar esse projeto mediante, naturalmente, o orçamento. Vamos tentar ver se é possível fazer tudo ao mesmo tempo ou, pelo menos, essa fase. Mas, ali, o que se pretende é aumentar o estacionamento precisamente nessa zona. Onde iremos abrir um café, e estamos a tentar reutilizar aquela estrutura que lá está, é precisamente no novo parque urbano, junto do mirtilo gigante, e aí abrir um parque infantil de alguma dimensão. Temos previsto isso estar pronto até março. Em breve serão colocados alguns aparelhos junto do jardim do lago para tentar minimizar a situação. De qualquer forma, o nosso objetivo é abrir um parque infantil em cada uma das freguesias. Senhor Sérgio Silva, relativamente às valetas e às ervas, penso que é claro de quem é a responsabilidade a limpeza das valetas e das ervas, pelo menos, no Couto de Esteves, assim como dos espaços verdes. De todos os espaços verdes. Não fui eu que assinei. É só ler o que lá está, portanto, que, assinou é que tem que ser responsabilizado por isso. Os documentos que o senhor afirma que eu mostrei são públicos e quando dizem que, como o senhor referiu, que a zona de fruição não é da responsabilidade da Junta de Freguesia, eu acho que ficou claro, para todos, que passamos um verão com uma zona de fruição completamente num estado lastimável porque a Junta não quis assumir aquilo que assumiu assinando um protocolo em maio de 2021. O senhor já enviou uma carta, através de um advogado que, sinceramente, também não deve saber muito bem o que escreveu, nós já temos o ofício escrito para lhe responder e se o senhor não quer apostar no turismo no concelho, aliás, o senhor é contra tudo no Couto de Esteves, é contra a barragem, é contra o turismo, é contra tudo e mais alguma coisa no Couto de Esteves, pois a Câmara terá que pegar na zona de fruição e terá que pegar em todas as infraestruturas turísticas e se a Câmara tiver que as limpar, será a Câmara que as vai limpar. Eu não vou é permitir que passe mais nenhum verão deixando

aquela zona de fruição no estado lastimável em que o senhor a deixou. Relativamente ao parecer, eu já passei pela vergonha e pedi o parecer à CCDR. A minha pergunta que eu lhe faço é o que é que o senhor andou a fazer durante dez anos quando teve aquele parecer e porque é que o senhor só se lembra de fazer abaixo-assinados quando já está tudo decidido. Eu sei que fica muito bem aparecer na televisão como salvador da pátria quando, durante dez anos, não fez rigorosamente nada em prol da sua freguesia para defender os seus interesses. Não o fez no caso da barragem da Ermida, não o fez no caso da barragem de Ribeiradio e não o fez, certamente, no caso da mini-hídrica de Lourizela. Senhor deputado António Carlos Monteiro, ao longo deste ano nós tivemos imensas surpresas, portanto, as surpresas que fomos tendo tiveram a ver com a suborçamentação das obras. A principal grande surpresa teve a ver com o facto de nós não termos encontrado nenhuma conta a prazo, como nos tinham dito. A suborçamentação das obras, na casa dos dois milhões e meio/três milhões de euros, uma redução do orçamento fruto da aprovação do Orçamento do Estado do ano de 2022 que nos levou a um corte de cerca de quinhentos mil euros. O aumento exponencial do custo de eletricidade, o aumento exponencial do custo dos combustíveis. Para além disso, foi o ano de maior mudança no setor autárquico com a assunção de competências no setor da educação que recebemos e que está a funcionar, na nossa opinião, bem. Com o setor da ação social que também está a funcionar bem. Falta-nos receber o setor da saúde. Uma das medidas que tomamos foi, efetivamente, a criação das ARU em algumas Juntas de Freguesia que, naturalmente, levam a uma dedução de 6% de IVA, mas não só. Permitem uma isenção do IMI durante cinco anos até dez anos. Patrícia Santos, sobre a questão da saúde, eu darei a palavra ao Vice-Presidente. Senhor David Alves, eu concordo consigo. Deveria ter sido acautelado quando se cedeu ao Agrupamento de Escolas o pavilhão municipal, mas não foi. Relativamente aos cães, desde que nós estamos no executivo nós já apanhamos mais de oito dezenas de cães. Só esta semana foram cinco. Como sabem, nós realizamos um protocolo com a Associação Mimos & Tratos e prevemos a realização de obras naquele espaço que permitam o acolhimento de mais cães. Tomamos conhecimento, há dias, que aquele terreno onde funciona a Associação Mimos & Tratos não é da Câmara Municipal. Foi mais uma situação que surgiu. Nós vamos ter que falar com o proprietário do terreno e pedir que nos ceda para nós podermos ceder, através de contrato de comodato, à Associação Mimos & Tratos pra poder realizar lá algumas obras de aumento que nos permitam ter capacidade para lá colocar mais animais. Ao mesmo tempo foi iniciado um novo projeto no CROA. O CROA é o canil intermunicipal da região de Aveiro. Foi feito um novo projeto e vai ser lançado um novo concurso e, naturalmente, terá uma maior capacidade para o nosso concelho do que aquela que tinha inicialmente que é, como sabem, de seis cães. Ainda sobre a questão dos cães vadios, o senhor David Alves é da bancada do PS. Quem está no governo é o PS. Eu sou favorável que se altere a lei. Acho que a lei não faz nenhum sentido e tem que ser alterada. Se calhar, o senhor deputado tem mais capacidade. Ainda sobre a questão do orçamento, nós estamos a trabalhar na elaboração do orçamento com rigor. Nós, hoje, temos muito mais noção daquilo que, efetivamente, é preciso gastar. Quanto ao pavilhão, aquilo que eu sugiro é que as associações peçam à Câmara Municipal e que nós vamos tentar articular com o Agrupamento de Escolas. Já articulamos com algumas sendo que, se pudermos construir, se o orçamento permitir, um novo pavilhão, Deus queira que sim. Relativamente aos javalis, ates de passar a palavra ao senhor Vice-Presidente, o senhor David Alves lida mais com caçadores do que eu. Já houve reuniões na Câmara Municipal no sentido de abordar esta questão que é uma questão muito difícil resolução, mas estamos abertos a todas as sugestões. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pedia agora a sua licença para passar a palavra ao senhor Vice-Presidente para responder relativamente às questões colocadas no âmbito da saúde.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Eu quero só informar que o senhor Presidente da Câmara esgotou o tempo que tinha para as respostas, esgotou também o resto do tempo do PSD, mas eu entendo dar alguma tolerância e permitir as explicações do senhor Vice-

Presidente, uma vez que foram colocadas muitas questões às quais ele teve que responder, naturalmente, e além de que esta questão da saúde, como todas as outras, é uma questão importante, portanto, vamos ouvir o senhor Vice-Presidente. Tem a palavra.-----

Vice-Presidente da Câmara Municipal – Muito boa tarde a todos. Permitam-me que cumprimente o senhor anfitrião e, na sua pessoa, todos os munícipes de Talhadas, a sua freguesia. Relativamente à saúde, fazer aqui só um breve ponto da situação. Nós temos um Plano Municipal de Saúde e Bem-Estar que se encontra em fase de audição nas entidades externas que, após a sua audição, nos serão apresentadas as conclusões prévias sobre este plano. Este plano, naturalmente que esperamos as suas conclusões para tomar decisões mais efetivas no que diz respeito à saúde. Isto porque vamos ter que fazer opções que tragam ganhos, mas também alguma dor neste setor. Neste momento, não vivemos uma falta de médicos, pelo menos para já. O nosso Centro de Saúde dispõe oito clínicos ao serviço, estando, contudo, alguns constrangimentos no ativo relativamente à freguesia de Rocas, porque a doutora que lhe prestava assistência está com licença de maternidade. Ainda hoje estive ao telefone com o senhor diretor do Centro de Saúde que me garantiu a existência de um horário suplementar, no Centro de Saúde, para atender a situações urgentes (grávidas e diabéticos ou hipertensos descompensados). Logicamente que este horário suplementar é curto, mas é aquilo que os profissionais, no momento, conseguem disponibilizar à população. Temos reunido com o ACeS, mas também com a Administração Regional de Saúde relativamente a alguns pontos que nos faltam colocar no papel para que possa haver um acordo no âmbito da transferência de competências. Existe um acordo verbal e uma promessa que carece de confirmação através do papel e, só nessa altura, poderemos assumir as competências que nos foram destinadas. Relativamente aos médicos que possam entrar em idade da reforma, obviamente que isso é uma preocupação que nós temos. Temos uma negociação a decorrer com o ACeS relativamente, e agora especificamente, à freguesia das Talhadas, para que haja a manutenção do clínico. Não posso, neste momento, garantir que isso vá acontecer porque a negociação está em curso. No entanto, é uma preocupação quer do ACeS, quer da Câmara Municipal, quer do Centro de Saúde no seu todo, garantir assistência médica a todos os seus utentes. Por último, quero que tenham a consciência que a Câmara Municipal, obviamente, que elegeu a saúde e a assistência médica a todos os seus munícipes como um vetor essencial para as pessoas porque é pelas pessoas, também, que cá estamos. Portanto, faremos todos os esforços para conseguir as melhores condições para a população. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal perguntou a Sérgio Silva se o requerimento que entregou à Mesa era para ser reencaminhado ao executivo, tendo o membro confirmado que sim.-----

----- 3 – Período da Ordem do Dia -----

3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal: - O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimas senhoras vereadoras e senhores vereadores, excelentíssimas senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal, excelentíssimas senhoras e senhores presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores. Estou ciente de que o documento que receberam contém toda a informação relevante. Tendo em consideração o volume do mesmo, parece-me desnecessária a sua leitura neste momento. A informação escrita que aqui apresento é respeitante ao período compreendido entre 12 de junho e 09 de setembro de 2022. Sem prejuízo da informação e dos dados mais pormenorizados remetidos pelos serviços municipais, gostaria de destacar, neste período, alguns pontos que passamos em baixo a enunciar. O Serviço Municipal de Proteção Civil de Sever do Vouga continua empenhado na eliminação de ninhos de vespa velutina, vulgarmente designada por vespa asiática. Neste momento, dispõe de duas equipas no terreno a trabalhar nesse sentido, dando, contudo, prioridade aos ninhos localizados em habitações. Entre junho e até ao momento foram já abatidos cerca de 300

ninhos desta espécie invasora. A cerimónia de assinatura dos protocolos de atribuição de bolsas de estudo – um incentivo da autarquia para que os nossos jovens cumpram os seus sonhos, adquirindo competências e encarem o futuro com mais otimismo – realizou-se a 18 de junho. Foram atribuídas bolsas de estudo a cinquenta e seis jovens. Foi inaugurado, no dia 23 de junho, o Parque do Passadiço na Frente Ribeirinha do Pessegueiro. Esta continuação do Parque Urbano de Sever do Vouga, em pleno centro da vila, está agora aberta ao público. A Feira Nacional do Mirtilo, que decorreu entre 24 e 26 de junho, registou uma significativa adesão de visitantes ao Parque Urbano de Sever do Vouga. Mantivemos nesta 14ª edição o conceito, com algumas novidades, com efeitos muito positivos no formato de um evento que continua a crescer e a ser uma referência no concelho, na região e no país. Estivemos presentes na VII Conferência Nacional dos Baldios, promovida pela BALADI – Federação Nacional dos Baldios, que decorreu no dia 23 de julho na Aula Magna da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real. “Novos Modelos de Gestão: Agrupamentos de Baldios”, “O Regime Florestal: Uma Questão a Resolver” e “Energias e Novas Economias em Território Comunitário” foram alguns dos temas que em debate. O Município apoiou e participou, no dia 25 de julho, na Feira Anual do Arestal, uma tradição que já vem desde 1856 e leva a concurso animais da raça bovina Arouquesa. Dezenas de produtores juntam-se neste certame para apresentarem os seus melhores animais de uma raça que é endógena e tem fortes ligações à cultura local. A FicaVouga – que não se realizava desde 2019 devido à pandemia – cumpriu a sua 30ª edição, congregando milhares de pessoas, entre 28 e 31 de julho. Esta é a festa de toda a comunidade Severense, a que aqui reside permanentemente e os nossos emigrantes espalhados pelo mundo. Uma oportunidade, também, para acolhermos os muitos visitantes que por esta altura escolhem como destino o nosso território. Acolhemos uma comitiva de Montmagny, cidade francesa geminada com o nosso município, entre 27 de julho e 01 de agosto. A delegação – liderada pelo presidente da Câmara de Montmagny – visitou alguns dos principais pontos turísticos locais, contactando ainda com instituições e empresas sedeadas no concelho. O programa “Manhãs no Parque Urbano”, que pretende fomentar a prática regular de exercício físico, decorreu entre 08 de maio e 31 de julho. Foram três meses de atividades desportivas variadas (um total de vinte e cinco), todos os domingos, onde diversas coletividades ajudaram na sua dinamização. A Câmara Municipal e o Vouga Sport Clube estabeleceram, no mês de julho, um protocolo que tem como objetivo a comparticipação financeira, por parte do município, para apoiar a realização de obras de requalificação do Circuito do Alto do Roçário. Os melhoramentos permitirão, no futuro, acolher as mais diferentes provas competitivas oficiais, quer a nível nacional, quer internacional. Os vencedores do Orçamento Participativo de Sever do Vouga foram conhecidos a 31 de julho. São dois projetos muito interessantes que irão enriquecer o concelho, exequíveis a partir de um compromisso municipal que tem como objetivo aproximar as pessoas da política, num processo democrático, direto e universal, através do qual as pessoas decidem sobre investimentos públicos em diferentes áreas de governação. O Parque Infantil São Martinho, em Pessegueiro do Vouga, e o Parque Infantil da Serra do Arestal foram inaugurados no mês de agosto. Ambicionamos ver este tipo de espaços implementados em todas as freguesias do concelho, num projeto conjunto entre o município e as juntas. A praia fluvial Quinta do Barco abriu mais uma época banear com a Bandeira Azul hasteada, um distintivo que distingue o esforço em tornar possível a coexistência do desenvolvimento local a par do respeito pelo ambiente, elevando o grau de consciencialização dos cidadãos em geral, e dos decisores em particular, para a necessidade de se proteger o ambiente marinho, costeiro e lacustre, em prol de um bem comum – o planeta Terra. O galardão “Bandeira Azul”, atribuído desde 2011, e o galardão “Praia Acessível”, atribuído desde 2006, confirmam a mais-valia deste espaço banear severense em termos de cumprimento de vários requisitos. A primeira edição do Campo de Férias, realizada entre 01 de agosto e 02 de setembro, ultrapassou as expectativas iniciais. Ao todo, participaram cerca de oito dezenas de crianças, com idades

compreendidas entre os 6 e os 15 anos, durante cinco semanas. Em termos de dossiês à escala intermunicipal, temos mantido diversos encontros de trabalho com diferentes entidades territoriais como a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C), a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) ou a Turismo Centro de Portugal. A GR60 – Grande Rota das Montanhas Mágicas foi inaugurada a 01 de julho na aldeia da Felgueira, em Vale de Cambra, numa cerimónia presidida pela secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Isabel Ferreira. Trata-se de um percurso circular, com 280 quilómetros na vertente de BTT e 275 quilómetros na vertente pedestre, que atravessa as serras da Freita, Arada, Arestal e Montemuro, localizadas entre os rios Douro e Vouga, unindo os municípios do território Montanhas Mágicas – Arouca, Castelo de Paiva, Castro Daire, Cinfães, São Pedro do Sul, Sever do Vouga e Vale de Cambra. A Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira (ADRMAG) foi a entidade aglutinadora do projeto, que juntou os sete concelhos, bem como várias entidades nacionais num desígnio comum. Fomos recebidos, juntamente com uma comitiva de autarcas, em Lisboa, pelo secretário de Estado da Energia, João Galamba, no passado dia 08 de julho. Durante a reunião - em que participaram também autarcas de Oliveira de Frades e de São Pedro do Sul - estiveram em cima da mesa vários temas sobre o setor energético, destacando-se a situação atual da Albufeira da Barragem de Ribeiradio – Ermida, empreendimento que entrou em serviço em 2015. Reunimos, também, com a APA, sobre os mesmos temas, no dia 20 de julho. Temos informação que o nosso técnico, o Dr. Hélder, reuniu, também, ontem, com a APA e, infelizmente, não há qualquer novidade relativamente a esta situação. No âmbito da CIRA, destacamos o encontro com a senhora Ministra da Coesão Territorial e o senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, Carlos Miguel, a 12 de julho, que contou com a participação do Presidente e do Vice-presidente da Câmara Municipal. Os trabalhos, que decorreram na cidade de Aveiro, centraram-se na descentralização de competências. O projeto de estruturação do produto EN16 – uma estrada nacional com passagem pelo concelho de Sever do Vouga, que apresenta grande potencial turístico – deu um passo decisivo no passado dia 06 de setembro, com a assinatura do protocolo de constituição do consórcio, em Viseu, após várias reuniões, onde a autarquia Severense esteve representada pelo seu presidente, numa iniciativa desenvolvida pela Turismo Centro de Portugal, CIM Região de Aveiro, CIM Viseu Dão Lafões e a CIM Beiras e Serra da Estrela, em estreita cooperação com o Turismo de Portugal, IP, a CCDR-C, a IP - Infraestruturas de Portugal e a AHRESP. Aproveito para dizer que, em breve, no troço de Pessegueiro até à Foz, a margem direita do Rio Vouga, já está adjudicada a sua limpeza e o tratamento de todas as infestantes. O arranque do ano letivo 2022/2023 decorreu dentro da normalidade e em articulação com os diversos agentes concelhios do setor da Educação. A Câmara Municipal tem a expectativa de que o novo ano letivo prossiga sem perturbações e que a atividade escolar se desenvolva de forma serena. Promovemos as comemorações do Dia do Município de Sever do Vouga, a 21 de setembro. A efeméride ficou simbolicamente assinalada, no Largo do Município, com o hastear de bandeiras, seguido de um momento musical a cargo da Banda Filarmónica Severense. Apreciamos saber que os nossos esforços estão a dar frutos, e que hoje estamos com um bom ritmo nos trabalhos em curso nas nossas obras. Para melhor compreensão de todos, peço ao senhor Presidente da Assembleia autorização para fazer uma breve apresentação de algumas das obras que estão a decorrer no concelho.-----

Presidente da Assembleia Municipal informou o Presidente da Câmara Municipal de que já tinha esgotado o seu tempo, pelo que iria utilizar o tempo do PSD, de acordo com o que estava previamente acordado.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito rapidamente, vamos falar de algumas das obras e dar uma breve explicação. Pavimentação da EM569, que está integrada na urbanização do Largo do Couto de Esteves, ou, como o senhor arquiteto Miguel gosta que seja chamado, o novo centro cívico do Couto. É uma obra que está a decorrer a bom ritmo,

começou muito tarde. Tivemos imensos problemas com o empreiteiro, mas está bastante adiantada. No caso do cemitério de Sever do Vouga, estamos, neste momento, a ampliar o número de sepulturas. A maior parte das obras, ao longo deste ano, tivemos alguma dificuldade em adaptarmo-nos a todos estes esquemas de contratação, mas, felizmente, nos últimos meses as coisas têm decorrido de uma forma mais normal, portanto, a obra está a decorrer de forma normal. O Largo de São Mateus, como sabem, temos aqui duas obras distintas. Uma é a requalificação do Largo de São Mateus que sofreu uma série de alterações arquitetónicas que, na próxima Assembleia Municipal serão apresentadas. Depois, uma nova variante, ou um novo largo de São Mateus, que é uma nova obra que foi criada. Apenas queria dizer que a obra inicial foi sendo alterada com conhecimento do gabinete do projeto e com conhecimento da CCDR. Nós conseguimos alterar uma série de coisas. Houve outras coisas que não conseguimos alterar porque, sendo uma candidatura perderíamos o fundo comunitário a que tivemos acesso. Temos aqui uma nova parte do Largo do Couto de Esteves, que não inclui a pavimentação, onde nascerá um parque infantil mesmo no centro do Couto de Esteves. Naturalmente, o nosso objetivo é que haja um parque infantil em cada uma das freguesias. Muro do Caminho Nédio, está incluído no âmbito do LC Fabian (fundo de emergência municipal) e é, basicamente, a construção de um muro de betão que foi agora adjudicado, com cerca de meio metro, que vai iniciar brevemente. Muro do Cortez, aqui em Talhadas – eu, há pouco, não respondi e aproveito para responder que sim, falei com o senhor Presidente da Câmara, Jorge Almeida, que tem conhecimento de tudo. O muro vai ser reparado dos dois lados e, depois, através de um protocolo, nós chegaremos a encontro de contas. Rua as Teixeiras, perto de Lourizela, era uma requalificação urgente e que incluiu obras de pavimentação e sinalização. Estrada de Silva Escura a Dornelas, já foi adjudicada até ao corte das Bouças. Já foi adjudicado à empresa Carlos Pinho, que entregou a caução esta semana, portanto, estamos só à espera do plano de segurança e saúde para se dar início ao prazo de execução, que será de sessenta dias. Penso que, no prazo de sessenta dias até antes da ponte de Dornelas estará tudo pavimentado. Naturalmente, depois, há toda uma série de subempreitadas – as valetas, a sinalização horizontal, os rails de proteção, muros, etc. São milhões de euros, ainda, que é necessário gastar. Estrada da Arrôta, nós tentamos chegar a acordo com o proprietário de uma habitação. Não foi possível. Tivemos que alterar o projeto. A Estrada da Arrôta reiniciou-se, foi uma obra que esteve parada. Já agora, quando nós entrámos, quer o Largo de São Mateus, quer a Estrada da Arrôta, estavam paradas. Tanto uma como a outra estavam suspensas e sofreram diferentes alterações a nível arquitetónico e estrutural. Tivemos, praticamente, um novo projeto que inclui a movimentação de terras, aterros de empréstimo, construção de muros, rede de águas pluviais, e seguir-se-á a pavimentação e a criação de uma rotunda. Nós ainda temos aqui muito dinheiro para gastar. Finalmente, a piscina municipal, a obra de que toda a gente fala. Já foi adjudicada. Tudo o que era para ser feito a nível da caldeira está feito. Os trabalhadores estão a ter, e já tiveram, formação. Falta, efetivamente, a reparação da cobertura que nós não sabíamos que era necessário reparar e falta, naturalmente, instalações elétricas, sistema de ventilação, telecomunicações e é numa empreitada que vai ser aberta agora e a reparação do pavimento e do tanque de compensação. Eu espero, sinceramente, que esteja concluído até ao final do ano. é o meu desejo, é a minha expectativa que, no final do ano, início do próximo ano, esteja concluído. Isto foi apenas uma demonstração. Se gostaram deste tipo de ideia é algo que poderemos repetir até de uma forma mais completa. Se não, foi uma experiência que fizemos e ficará, certamente, para memória futura. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

O Presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenção, tendo dado a primeira palavra a António Monteiro.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta, público aqui presente. No âmbito desta informação escrita queria

aproveitar para dizer algumas coisas que eu acho que é importante e que, evidentemente, saudando mais uma vez o público, o público não tem noção da importância deste documento para aquilo que é o trabalho dos deputados municipais. É através desta informação escrita que nós conseguimos saber, trimestralmente, o estado da execução do mandato ao longo deste ano. Portanto, é um relatório parcelar e na informação escrita, no passado, infelizmente, havia muito pouca informação. Neste momento, há, claramente, uma melhoria dessa informação escrita que nos permite saber o estado em que vão estando, por exemplo, as várias empreitadas. Aqui, para Talhadas, seria importante, e o senhor também se inscreveu, e com toda a certeza irá falar, seria importante referir não apenas aquilo que já foi feito, mas também aquilo que irá ser feito e que já se pode ver na informação escrita o estado em que estará, nomeadamente, a questão que, há pouco, falei do lançamento da empreitada que, ainda há pouco, também o senhor Presidente da Junta falou. Sabemos, também, que é importante a instalação de um novo parque infantil e que isso está nos planos, tal como foi importante o arrelvamento do campo que foi feito e que não consta desta informação escrita porque já foi feito há mais tempo. Agora, há pouco, quando eu falei na importância da informação escrita, e na exigência acrescida que nós temos tido com a informação escrita, eu não posso deixar de fazer um pequeno reparo/sugestão, em relação ao senhor Presidente da Câmara porque, esta informação escrita é feita com base na informação dos serviços. Eu sugeria ao senhor Presidente da Câmara que corrigisse o texto que está escrito na página 48 da informação escrita em que é dito que *“as finanças municipais têm apresentado uma situação estável nestes últimos anos”*. Ora, isto resulta, desculpem a expressão, o anglicismo, isto resulta do copy/paste das anteriores porque é evidente que, se algo tem sido discutido nestas assembleias municipais, é exatamente o facto desta Câmara se ter apercebido que a situação financeira existente não era aquela que era descrita aos Severenses. Desta informação escrita, por exemplo, é possível retirar uma informação, desde logo, particularmente importante – dívida a fornecedores. Há um ano atrás, era enorme e esta câmara conseguiu reduzir a dívida a fornecedores em 35%, em € 527 000,00. Isto, eu acho que é uma informação importante a ser dada. Por outro lado, todos nós sabemos e é bom que os Severenses tenham conhecimento, e os Talhadenses em especial, que aquilo que aconteceu no último ano, nas contas da câmara, levou a que o Revisor Oficial de Contas chamasse a atenção para que havia, claramente, uma suborçamentação. E, suborçamentação de quê? De obras que foram lançadas sem que houvesse dinheiro para as completar. Uma questão relativa à água, que é um problema de vários municípios, portanto, terá de ser uma solução política de conjunto no âmbito da CIRA, mas não podemos deixar de registar que, naquilo que diz respeito à situação financeira do município, é evidente que o esforço que esta câmara terá que fazer para conseguir cumprir aquilo que são os compromissos assumidos eleitoralmente, estão dificultados, à partida, por aquilo que foi a herança recebida, mas é evidente, também, que, a partir do momento em que foi decidido contrair um empréstimo para poder fazer face a esses compromissos que tinham sido assumidos e que não tinham verba para serem concluídos, isso deverá, evidentemente, ser refletido na informação escrita porque é evidente que resulta do que sucedeu neste último trimestre, da avaliação daquilo que é o impacto nas contas do município e, também, acho que a câmara atual tem mérito em chamar a atenção para aquilo que é a diminuição das dívidas a fornecedores que eram de um valor que, eu acho, excessivo, de mais de 1,4 milhões de euros. Portanto, a diminuição em 35% é um sinal importante do esforço para se honrarem os compromissos porque, se um município lança empreitadas e depois não tem dinheiro para as pagar, o que, no fundo, a Lei dos Compromissos procurava evitar que acontecesse, mas voltou a acontecer. Se está, no fundo, a financiar à custa dos fornecedores, isso prejudica, claramente, a economia local e, por isso, todo o esforço que o município fizer para que as dívidas sejam honradas atempadamente é importante para a economia de Sever. É importante por isso, também, para as famílias de Sever. Eu queria deixar esta nota ao senhor Presidente da Câmara relativamente a esta parte da informação escrita que é uma

parte que as pessoas, muitas vezes, consideram, e com alguma razão, aborrecida, desinteressante, não tem fotografias para mostrar as obras, mas que, sem elas estarem em ordem, não é possível fazer a estrada para as Arcas, não é possível fazer os parques infantis, não é possível fazer todas as obras que nós desejamos que sejam feitas. Sem contas certas, não é possível fazer obra. Muito obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Diana Paiva.-----

Diana Paiva – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Li a informação escrita do senhor Presidente retive alguns pontos e gostaria de falar nos mesmo. Em primeiro lugar, queria agradecer ao senhor Presidente o facto de ter trazido alguma dignidade ao feriado municipal com a celebração do mesmo numa pequena cerimónia, com o hastear da bandeira, ao som do hino nacional e do hino de Sever do Vouga tocado pela Banda Filarmónica de Sever do Vouga. Relativamente ao Orçamento Participativo, gostaria de deixar aqui uma sugestão, senhor Presidente, porque, além dos projetos que foram apresentados, surgiu um para a aquisição de biotrituradores, que pensamos que seria uma boa ideia e bastante válido para o município considerar a aquisição de alguns biotrituradores. Verifiquei, também, na parte das contraordenações, autos de estacionamento e conseguimos ver que são 208 autos que, para quem não sabe, e fica aqui a informação, houve transferência de competências para os municípios e Sever do Vouga não foi exceção e, se antes, a ANSR levava tempo a gerir o processo e a notificar os infratores, os municípios já não são assim e o Município de Sever do Vouga cumpre a lei e os prazos são em dia. Compete-nos a nós cumprir a lei para não sermos bafejados com a sorte de uma carta da Câmara Municipal. Senhor Presidente, congratulamo-nos desta informação ser mais pormenorizada, pois temos aqui quais os procedimentos abertos e datas. No entanto, na senda do compromisso que fizemos, se houvesse algo que considerássemos que não estivesse muito correto, fazíamos aqui um reparo que, no caso, por exemplo, das festas da Feira do Mirtilo e Ficavouga, deveria haver mais detalhe, nomeadamente, quanto a valores, pelo que solicitamos que nos seja remetida essa informação. Mais uma vez, consideramos que é muito mais do que noutros mandatos, por outro executivo, nos era trazido, mas queremos um pouco mais de informação. Fica aqui um último pedido, e penso que está presente o Dr. Alexandre Hélder, que, para uma pessoa como eu, com miopia, estigmatismo e presbiopia, aquela informação está pequena demais e torna-se muito complicado ler o que consta na mesma e, se fosse possível articular com os serviços enquadrar melhor a informação, seria bom. Muito obrigada.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a Sérgio Silva.-----

Sérgio Silva – Muito obrigado, senhor Presidente. Obviamente que não posso deixar de começar por lamentar a forma, de certa forma, isenta e tendenciosa que o senhor Presidente geriu o ponto anterior. Quer dizer, o senhor Presidente da Câmara usou o tempo que quis e lhe apeteceu sem nenhuma chamada de atenção e, depois, o senhor não teve o mesmo critério para a minha pessoa. Queria, aqui, dizer ao senhor Presidente da Câmara que, realmente, eu tenho feito alguns abaixo-assinados e que o senhor Presidente da Câmara até os tem assinado. Um deles foi o abaixo-assinado contra a construção da tal mini-hídrica no rio Lordelo, em Lourizela. Portanto, deixe-me dizer-lhe que eu sou tanto contra a mini-hídrica como o senhor. Somos os dois contra. Os dois assinamos aquele abaixo-assinado, só que o senhor deve andar a comer bastante queijo e esquece-se. Já foi há 10 anos, na altura que o senhor até andava nas listas do PS. Relativamente, ainda, a isso, queria-lhe dizer, senhor Presidente da Câmara, que, se alguém não tem feito nada é o senhor, porque, o ponto até foi levado à reunião de Câmara e o senhor até o tirou da reunião e recusou-se a discutir o assunto. Eu ando aqui há 10 anos a discutir o assunto, mas, realmente, quem travou aquele projeto foi o povo da aldeia de Parada, que assinou esse abaixo-assinado e massivamente foi aos sítios certos e conseguiu, para já, travar aquele empreendimento durante 10 anos. Ao contrário da câmara anterior e agora desta,

também, e temos aqui a prova de que isto é mais do mesmo. Senhor doutor António Carlos Monteiro, realmente, o senhor tem razão. Na página 48 fugiu a boca para a verdade do senhor Presidente da Câmara e, na mesma página, desta comunicação escrita, o departamento financeiro da câmara informa que as disponibilidades orçamentais ascendem a 2,6 milhões de euros. Quer isto dizer que 2,6 milhões de euros é o montante que está disponível para ser utilizado pela câmara, da forma como entender, até ao final deste ano. Na página seguinte, 49, é-nos informado de que a dívida total da câmara, a 31 de agosto, é de cerca de 1,8 milhões de euros, sendo que, cerca de 675 mil correspondem a empréstimos e os restantes 1,1 milhões de dívida a fornecedores, tal como o senhor disse. Daqui se conclui que a 31 de agosto de 2022, a câmara ainda não tinha contratado o empréstimo de 1,75 milhões de euros que nós aprovamos, aqui, na assembleia municipal de 27 de julho. Uma questão ao senhor Presidente da Câmara – se este empréstimo em questão já foi contratado à data de hoje, 30 de setembro. Nessa reunião de 27 de julho, eu votei contra a contratação do empréstimo em questão já foi contratado à data de hoje, 30 de setembro. Nessa reunião de 27 de julho, eu votei contra a contratação do empréstimo porque não estava confortável com a escolha da modalidade da taxa variável e do prazo de quinze anos e, em relação a isso, fui muito claro quando disse, e cito a ata dessa sessão *“para empréstimos com taxa fixa e com longevidade de quatro anos, no máximo, conte com a minha viabilização, com este não”*. Na proposta que o executivo fez, nesta reunião, era clara. A oferta da taxa fixa da Caixa Geral de Depósitos para um empréstimo a quinze anos apenas de 3,03%. Se a proposta tivesse sido votada nessa modalidade, teria recebido a minha abstenção, como referi no início da minha intervenção nesse dia. De então para cá, o mercado tem sofrido alterações profundas, pelo que é de supor que, à data de 31 de agosto de 2022, nenhuma das propostas que tinham sido efetuadas estavam válidas, incluindo a proposta da Caixa Geral de Depósitos que aqui foi aprovada. Entretanto, estando assim ferida a nulidade, a proposta aqui apresentada pelo executivo, no dia 27 de julho, uma vez que os seus pressupostos já não são válidos, pelo que a optar por contratar o empréstimo, no meu entender, a Câmara deverá re-submeter a proposta à Assembleia Municipal, pois se, por algum milagre esses pressupostos ainda forem válidos no dia de hoje, então recomendo que a Câmara opte pela contratação da taxa fixa de 3,03% que já é muito inferior à que se está a praticar no mercado à data de hoje. Disse.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Só para esclarecer o senhor deputado, o senhor Presidente da Junta de Couto de Esteves. A Mesa procura tratar toda a gente por igual e com a máxima isenção. Devo dizer-lhe, também, que, se tem alguma interpelação à Mesa a fazer, deve fazê-lo na forma adequada e não desta forma atabalhoada como fez. Por outro lado, só para esclarecer, como vi, o senhor excedeu o seu tempo nesta intervenção mais do que um minuto. Na intervenção no ponto anterior excedeu mais do que um minuto como tolerei a todas as bancadas e, ao contrário do que o senhor disse, alertei o senhor Presidente da Câmara que tinha esgotado o tempo e estava a utilizar o tempo concedido pelo PSD e, naturalmente que há outra questão que eu vos falei, também, e que acho que é do interesse de todos. Se os membros da assembleia colocam uma enormidade de questões ao senhor Presidente da Câmara, acho que é do interesse de todos obtermos as respostas para as mesmas porque, se não, reduzem as questões. Era só este esclarecimento. Não gostei da sua pseudo interpelação no sentido de dizer que a Mesa não foi isenta no tratamento da gestão do tempo.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra a Jorge Graça.-----

Jorge Graça – Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa e restantes membros da mesma, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e excelentíssimos senhores vereadores, excelentíssimos senhores deputados da Assembleia Municipal e excelentíssimos senhores presidentes de Junta, comunicação social aqui presente, funcionários da autarquia, público que nos segue pela transmissão online, minhas senhoras e meus senhores. Começo por expressar o meu contentamento pela realização desta sessão da Assembleia Municipal na, de há muitos anos, minha Terra, Talhadas. Saúdo de forma

especial os Talhadenses aqui presentes e, em sua representação e a título pessoal, também dou as boas-vindas a todos vós. É com enorme gosto que vos acolhemos. Um reconhecimento à Junta de Freguesia de Talhadas que se empenhou e tornou isto possível. Só um breve considerando. Apetecia-me tecer, aqui, alguns comentários sobre aquilo que continuam, aqui, no passado, mas não vou fazê-lo, porque acho que é muito mais importante debater o presente e o futuro. Só vou dizer é que estamos em 2022 e quem vive do passado são os livros de história. Passando ao ponto em si, a informação escrita do senhor Presidente da Câmara que, pelo seu extenso conteúdo é mais a informação escrita de toda a Câmara, mas que é forma que o senhor Presidente, de pleno direito, escolheu para nos ser apresentada, destaco, ainda assim pela positiva, a mensagem do senhor Presidente, focada no que realmente interessa para o município, o presente e o futuro, e também uma melhoria no design de apresentação, que torna este documento um pouco mais “leve”. Já quanto a falhas deste documento, no seguimento dos reparos que tenho feito, nomeadamente na informação relativa às obras públicas, continuam a não ser indicadas as datas de início nem os prazos de execução, bem como não é apresentada de forma clara se as taxas de execução apresentadas são físicas ou financeiras? Nada foi alterado. E esta minha insistência não é por teimosia minha, tal como a falta desta informação também não será por teimosia sua, portanto será por qualquer outra razão. Agora diga-me senhor Presidente, como pode esta assembleia fiscalizar, como é de sua competência e obrigação, a evolução destas obras a nível de tempo e prazos de execução, se não nos dão a informação absolutamente necessária para tal? Muitos de nós temos presente a importância que era dada no passado às obras que derrapavam em termos dos prazos de execução, mas ao que parece isso agora já não importa. A nós importa. Assim, pergunto ao senhor Presidente se se compromete a mandar complementar a sua próxima informação escrita com estas simples informações adicionais ou se para as obtermos teremos de fazer um requerimento via o excelentíssimo senhor Presidente da Mesa? Em relação à EN 328, não me apercebi de nenhuma referência na informação escrita relativamente às irregularidades de que temos falado. A Câmara Municipal de Sever do Vouga deve exercer o seu poder de influência e pressão junto do IP, responsável pela obra, para a correção desta situação. Na resposta que me deu na sessão de 17 de junho, informou que já tinham pedido esclarecimentos ao IP via e-mail, mas que continuavam sem terem recebido resposta. Pergunto se já há alguma resposta e qual o teor da mesma? Também não me apercebi de nenhuma referência à ligação rápida de Sever do Vouga à A25. Tendo sempre presente que foi uma promessa do senhor Ministro das Infraestruturas do anterior e do presente governo, Dr. Pedro Nuno Santos, pergunto ao senhor Presidente se houve algum desenvolvimento neste assunto? Sendo de e estando em Talhadas, realço pela positiva a adjudicação da estrada das Arcas a Talhadas e que, finalmente, esteja a ser corrigida a situação da ponte do Cortez. Só um aparte em relação à ponte do Cortez, porque o senhor Presidente da Junta de Talhadas referiu aqui, apesar do senhor Presidente já ter confirmado, fiquei um bocado surpreendido que afinal não seria para a correção da ponte, mas, pelos vistos, o senhor Presidente já confirmou que é. Acho que essas eram necessidades urgentes e congratulo-me que estejam a ser feitas. Aproveitava para fazer um repto ao executivo camarário e ao da Junta de Freguesia de Talhadas, para que numa das próximas visitas às obras do Cortez, seguissem um pouco mais na estrada em direção ao Vale D’Égua e que no entroncamento com a estrada que vem do lado de Destriz e que segue para Vale D’Égua, avaliassem a dificuldade que se verifica para se virar à esquerda ou vice-versa, quem vem de Destriz e quer virar para o Cortez. É muito difícil e mesmo impossível com determinadas viaturas. A melhoria seria muito fácil e pouco dispendiosa, escavar do lado de cima e encher do lado de baixo. Penso que o local já pertence à União de Freguesias de Préstimo e Macieira de Alcoba, no Concelho de Águeda. Assim, o meu repto é apenas para que apelem aos vossos congéneres em causa para melhorarem esta situação, uma vez que também beneficiará muitas pessoas do nosso concelho e outras que para cá querem aceder pelo dito acesso. Talvez pela extensão do documento, não me

apercebi de nenhuma referência a Serviços de Saúde do concelho. Um tema tão caro para todos e que merecia especial atenção de alguns deputados no passado. Há pouco mais de um ano, todos nos congratulávamos com a colocação de três novos médicos, via concurso do SNS, nos serviços de cuidados de saúde primários de Sever do Vouga. Estes três novos profissionais vieram colmatar algumas lacunas que se verificavam no concelho, consequência, principalmente, da aposentação de alguns médicos. Face a isto, uma vez que se adivinha e avizinha, também, a aposentadoria do Dr. António Gonçalves, o médico que presta serviço no Posto Médico de Talhadas, pergunto ao senhor Presidente da Câmara, até porque, no âmbito da CIRA, esteve presente no dia 12 de junho com a, na altura, Ministra da Saúde, se esta situação está a ser acautelada junto das entidades competentes e se nós, os utentes deste posto médico, podemos continuar descansados? Sendo Talhadas a Freguesia mais distante e com maior dificuldade de acessos à Sede do concelho, a manutenção dos serviços médicos no nosso posto médico é de primordial importância. Tendo consciência do deficiente estado do SNS em Portugal, especialmente devido à falta de médicos, e tendo presente as dificuldades criadas pela interioridade no que à fixação de pessoas e também dos médicos diz respeito, e que Sever do Vouga também padece, queria perguntar-lhe senhor Presidente, se este executivo está a dar seguimento ou a preparar algum conjunto de medidas com vista, não só a que os médicos concorram para, mas também que permaneçam em Sever do Vouga? Como bem se lembra, esta necessidade foi abordada no anterior mandato e todos nós estávamos e estaremos de acordo de que é necessário criar um conjunto de incentivos adicionais à fixação destes profissionais no nosso concelho. Proteção civil e incêndios. Num ano, que ainda não acabou pois não esquecemos outubro de 2017, em que infelizmente já podemos classificar como um dos piores anos no que a incêndios diz respeito em Portugal, considero que a esse nível, em Sever do Vouga as coisas correram muito bem, comparativamente, apesar de alguns incêndios, um deles aqui em Talhadas, mais propriamente na Frágua. Sem dúvida alguma sorte, mas também muito trabalho e empenho de todas as estruturas de proteção civil do nosso município. Apesar destes resultados que atendendo ao ano, consideramos bons e todos esperamos que assim continue, muito mais e melhor poderia e deveria ter sido feito, nomeadamente nas limpezas das faixas de gestão de combustível, limpeza e manutenção de aceiros e estradões, etc. Para isto teria sido importante o desejado protocolo com o Regimento de Engenharia do Exército. Que me tenha apercebido não dei pela presença de nenhuma brigada deste no nosso concelho. O que pode dizer-nos sobre isto? Porque não se efetivou o referido protocolo? Como pode constatar senhor Presidente da Câmara, contrariamente ao juízo que fez na sessão de 17 de junho, nenhum dos elementos da oposição lhe apontou o dedo responsabilizando-o do que quer que tenha corrido mal. Sabemos que é o seu primeiro mandato e o seu primeiro ano de mandato e que estava habituado a ver nas anteriores bancadas da oposição, uma postura pela negativa, com muita retórica demagógica, de crítica fácil e sancionatória. E o senhor estava a contar com uma oposição semelhante. Mas, como já se devem ter apercebido, a nossa bancada tem e terá uma postura diferente, pela positiva. Estamos aqui para colaborar e ajudar este executivo a fazer o melhor possível. Afinal todos nós vivemos em Sever do Vouga e seria estúpido não contribuímos e vos ajudarmos a fazer o melhor por Sever do Vouga. Por fim permitam-me, ainda, uma nota a título particular. Nessa mesma sessão, também afirmou que eu seria o primeiro a apontar-lhe o dedo se alguma coisa corresse mal, que essa era a minha forma de estar. É certo que já esclarecemos este assunto pessoalmente, mas para que fique claro perante todos, não sou de acusar ninguém. Prefiro estar sempre na solução do que no problema e, no que toca a incêndios florestais, tento sempre ser dos primeiros a estar na frente de combate, em vez de ficar a ver ou a apontar culpados. E só quem foi mordido pelo “bichinho” que faz com que os Bombeiros voluntários o sejam, com todos os sacrifícios e riscos que isso implica, entenderá a angústia que sinto quando não posso estar com os meus colegas na frente de combate. Foi este “bichinho” que fez com que eu fosse bombeiro voluntário no ativo durante dezassete anos, agora no quadro de

reserva, e que continue a ser voluntário na AHT – Associação Humanitária de Talhadas desde a sua fundação em 2014, aliás com muito orgulho. Portanto, senhor Presidente, apontar o dedo, arranjar culpados e bodes expiatórios, não faz parte da minha maneira de ser e de estar. Quem me conhece bem, sabe que sou assim. Muito obrigado.-----
Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Dias.--
António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, sintam-se cumprimentados na sua presença. Senhor Presidente da Câmara, eu gostava só de esclarecer, aqui, alguns aspetos que não estão na informação escrita e começo pelo primeiro a que foi protocolo que a Junta pediu, há uns quatro ou cinco meses, à câmara, para estabelecer, uma vez que é de primordial importância para a freguesia e para o concelho. Sei que o senhor Presidente da Câmara falou com os meus colegas presidentes de Junta e eu gostava de saber qual era o ponto de situação, uma vez que o ano de 2023 avizinha-se e era bom, para todos, limpar os caminhos, tal é a vasta vegetação florestal. Segundo ponto, senhor Presidente, eu sugeria aqui que criasse um grupo para tratar desta temática dos cães vadios e dos javalis. É frequente aqui, infelizmente, em Talhadas, aparecerem javalis nas estradas. Perigam, muitas vezes, quem ali passa. É a mesma coisa com os cães vadios. É, infelizmente, usual aparecerem ovelhas mortas, atacarem cabras. Possivelmente, no futuro, vão atacar pessoas e, por isso, nada melhor do que criar um grupo de trabalho com o senhor Presidente da Câmara, eventualmente com a ICNF, com as entidades competentes e com os presidentes de Junta. Eu, pelo menos, e os meus colegas, tenho a certeza, estamos cá para ajudar. Senhor Presidente, eu gostava, também, de lhe pedir, uma vez que já fizeram dois parques infantis, quando é que poderia reunir com Talhadas porque nós também temos muito interesse. Depois, eu deixava aqui uma sugestão. Eu vi que o senhor Presidente se empenhou muito no curso de soldadura. Tem o curso de soldadura na Escola Profissional de Aveiro e na Escola Secundária de Sever do Vouga e eu gostava de saber se não está, também, com uma vontade de criar outros cursos, nomeadamente áreas em que o nosso concelho e a nossa zona estão quase sem pessoas. Estou a falar, por exemplo, dos pedreiros, calceteiros e, eventualmente, algumas profissões de artesanato, etc. Obrigado, senhor Presidente.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor deputado António Monteiro, de facto foi um lapso grave. Relativamente ao empréstimo, aguarda o visto do Tribunal de Contas. O contrato já foi assinado nos termos da proposta aprovada, portanto, estamos a aguardar o visto do Tribunal de Contas. Foi um lapso, é o que eu posso dizer. Diana Paiva, ainda bem que coloca esta questão sobre as multas de estacionamento porque é uma questão sobre a qual somos abordados várias vezes e estamos a falar de coisas diferentes. Nós temos as multas de estacionamento por estacionarem sem pagar o ticket. Nesse caso, quem faz a fiscalização é a GNR. E, temos as multas por estacionarem nos lugares dos deficientes, por estacionarem nos passeios, por estacionarem em traço contínuo. Também quem faz a fiscalização é a GNR. Houve uma transferência de competências para a Câmara Municipal e a Câmara Municipal a única coisa que faz é receber o pagamento. Não faz mais nada. Eu não tenho vontade absolutamente nenhuma de receber esta transferência de competências, até porque gera, da parte da população, alguma confusão. Não é a câmara que anda a multar. Infelizmente, só nos dão estas competências, que ninguém quer, que é para poupar trabalho. Já agora, deixo aqui uma questão sobre o estacionamento e os tickets. Por mim, preferia que nem existissem parómetros e que não se pagasse nada. A questão é que, se isso não acontecer, não há estacionamento nenhum em Sever do Vouga. São os próprios comerciantes que pedem que haja fiscalização para que se coloque o ticket, porque, se não, não há estacionamento em Sever do Vouga. Os carros ficam lá meses a fio. Porque é que, em Sever do Vouga, é trinta euros o pagamento da multa de estacionamento e, em Aveiro, julgo eu, é oito euros? É porque, em Sever do Vouga, não existe polícia municipal,

portanto, tem que existir a lei geral e a lei geral, no mínimo, a multa é de trinta euros. Em Aveiro existe polícia municipal e a multa mínima é oito euros. Senhor Sérgio Silva, relativamente à questão do abaixo-assinado, já toda a gente sabe que eu assinei o abaixo-assinado e toda a gente sabe que eu sou contra a mini-hídrica, mas de que é que vale ser contra a mini-hídrica se é um assunto que já está assumido e vai ser realizado. Não é verdade que a proposta que foi feita, pela Assembleia Municipal, para que a câmara Municipal enviasse para a CCDR não tenha seguido, porque seguiu. Houve uma reunião de Câmara em que, efetivamente, nós entendemos que, se calhar, nem valia a pena seguir e na reunião de Câmara seguinte entendemos dar seguimento, uma vez que foi um pedido da Assembleia Municipal. Tem que pedir ao técnico que lhe deu essas leituras todas que, se calhar, não está muito bem informado sobre os empréstimos. Eu, por acaso, sei quem é o técnico e é um técnico de reconhecida competência, não sei exatamente onde, mas a informação que lhe deram é completamente errada. De qualquer forma, se o senhor quiser ser esclarecido sobre a questão do empréstimo, sobre as taxas de juros, e tiver mais dúvidas sobre algum assunto, naturalmente os nossos serviços financeiros e os técnicos que analisaram esta questão do empréstimo estão absolutamente disponíveis para lhe dizer. O senhor votou contra o empréstimo, não foi por ser nada. O senhor votou contra o empréstimo porque o senhor é contra tudo. É contra a estrada de Silva Escura a Dornelas, o senhor é contra todas as obras que vamos ter que fazer com estes empréstimos porque o senhor é contra. Mas, é uma forma de estar que eu respeito, naturalmente. Senhor deputado Jorge Graça, tem toda a razão. Senhor Eng.º Fernando Marinheiro, Chefe de Divisão, na próxima informação escrita tem que estar tudo conforme disse o senhor deputado Jorge Graça ou vamos ter problemas. Já agora, uma informação, senhor António Dias. Eu tinha a informação que o Eng.º Fernando Marinheiro teria falado consigo acerca da obra do Cortez. Outro esclarecimento – a senhora Ministra da Saúde não esteve presente nessa reunião. Infelizmente, faltou. Era, de facto, a pessoa com quem nós queríamos falar, mas não esteve presente. Relativamente ao protocolo do exército, duas questões. Neste momento, está a ser analisado e não havia disponibilidade, este ano, e estamos a tentar que o protocolo possa ser efetivado para o próximo ano. Isso é algo que é importante. Senhor António Dias, o parque infantil naturalmente, Talhadas merece e terá o seu parque infantil. O senhor vereador Ricardo Silva esteve cá na segunda-feira. Sobre a questão que fala dos cães, é uma sugestão. Se acha que ajuda a resolver, eu estou absolutamente disponível porque as queixas que eu mais tenho, enquanto Presidente da Câmara, é sobre a AdRA e sobre os cães. Não há um dia que eu saia fora da Câmara em que não haja uma queixa sobre a AdRA ou sobre os cães. Portanto, se há pessoa que tem interesse em resolver este assunto sou eu. Temos que analisar essa questão e, se calhar, faz todo o sentido.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Eu só tinha aqui um apontamento que foi colocada uma questão pela Diana Paiva. Eu não sei se quis transmitir à Mesa um requerimento para solicitar à Câmara Municipal informação sobre os custos da Feira do Mirtilo e da Ficavouga ou se o senhor Presidente não respondeu por lapso ou se vai responder depois.-----

Presidente da Câmara Municipal – Naturalmente responderemos.-----

Diana Paiva confirmou que o requerimento apresentado destinava-se ao executivo.-----

Sérgio Silva pediu para intervir em defesa da honra.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Vai-me desculpar, não é uma injúria, não é nada que tenha a ver com a defesa da honra. Temos que ser mais práticos nisto e não levar as coisas demasiado à letra.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra a Jorge Graça.-----

Jorge Graça – Renovo os cumprimentos a todos na pessoa do senhor Presidente da Mesa. O senhor Presidente da Câmara esqueceu-se de me responder, publicamente, a questões que já tínhamos falado no intervalo sobre o acesso à A25, se tinha havido algum desenvolvimento e, também, das irregularidades da N328. A mim, já me respondeu, mas

se quiser partilhar a resposta que me deu, ao público, acho que seria importante. Muito obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito rapidamente, sobre o acesso à A25, nós temos estado em conversações com a IP, nomeadamente a Eng.^a Ana Sá, e não existe, ainda, um gabinete de projeto responsável pela execução do projeto. Pedimos, dezenas de vezes, para uma reunião com o senhor Ministro das Infraestruturas. Até ao momento, nunca fomos recebidos. Infelizmente, é o que eu tenho para dizer. Sobre a N328, no sentido de Pessegueiro a Sever do Vouga, como sabem, a estrada tem uma série de irregularidades. Isso resulta, também, da abertura da estrada nas obras da AdRA. Aquela pavimentação é da responsabilidade da AdRA, mas tem a fiscalização do IP. Nós enviamos diversos e-mails, pedimos um parecer à Universidade de Aveiro, que ainda não temos resposta. Aquilo que nos foi dito foi que deixariam passar este inverno e que reuniríamos no sentido de verificar as correções que teriam que ser feitas de seguida. A execução daquela tem uma garantia de cinco anos e, de facto, não está bem. Nós temos e-mails enviados, temos variadíssimas provas de que estamos a pressionar o IP para corrigir aquilo que não está bem. Se vocês repararem, nem sequer é uma questão do próprio construtor porque o mesmo construtor fez, também, de Pessegueiro para Talhadas e está impecável. De facto, de Pessegueiro para Sever do Vouga é que tem aquelas depressões todas. Penso que respondi a tudo.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrado este ponto. De seguida, informou ter sido acordado, em reunião de líderes, que a discussão dos pontos 3.2 a 3.6, relacionados com as taxas municipais, seria feita em conjunto, sendo que a votação seria individualizada. Abriu o período de discussão dos referidos pontos, dando a primeira palavra ao Presidente da Câmara Municipal para apresentação dos mesmos.-----

Presidente da Câmara Municipal – Taxas do IMI para 2023, tendo em consideração o contexto socioeconómico atual, ponderados todos os fatores, apresentamos uma proposta de manutenção das taxas de IMI, ou seja, uma taxa de 0,8% para os prédios rústicos e uma taxa de 0,3% para os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI, ou seja, mantém-se a taxa mínima. Não é possível baixar mais do que isto. Taxas do IMI para 2023 – Redução por Agregado Familiar, considerando os imóveis destinados a habitação própria e permanente, propõe-se a redução da taxa por agregado familiar, conforme consta da indicação. Taxa Municipal de direitos de Passagem para 2023, apresentamos uma proposta de taxa de 0,25%. Participação Variável no IRS para 2023, também tendo em conta o contexto socioeconómico atual, ponderados todos os fatores, apresentamos uma proposta de manutenção da participação variável de IRS pela taxa de 2,5%. Derrama para 2023, apresentamos uma proposta de taxa de 0% sobre o lucro tributável até aos 150.000,00 euros e 0,39% sobre o lucro tributável que exceda os 150.000,00 euros. No fundo, nós mantemos as mesmas taxas do ano anterior.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a David Alves.-----

David Alves – Renovo os cumprimentos a todo os presentes da última intervenção que tive. A bancada do PS deliberou, relativamente aos pontos 3.2 a 3.6 dar liberdade de voto aos seus membros. Votem conscienciosamente e conforme entenderem. Eu, pessoalmente, relativamente ao ponto 3.6 Derrama para 2023, como já vem sendo hábito, todos os anos na aprovação, eu não concordo com a taxa da derrama. Não concordo porque acho que a taxa da derrama é uma taxa virada exclusivamente para as empresas. Portanto, a taxa está em 0,39%, não é igual ao ano passado porque, no ano passado era 0,1% até € 150 000,00 e 0,38% mais de € 150 000,00. Fizeram, e bem, aboliram o 0,1% que não tinha expressão, para a isenção até € 150 000,00 de volume de negócios. Daí para cima para 0,39%. A nossa taxa máxima, de derrama, podia ser 1,5%. É o valor máximo que a lei permite. A derrama é um imposto que incide pelas empresas sobre o IRC é um contributo que elas fazem para o município. Eu entendo que, no mínimo dos mínimos, 1%. Sempre debati

que não concordo com a derrama nos valores quase mínimos porque uma empresa que tenha € 100 000,00 de lucro e tenha mais de € 150 000,00 de volume de negócios pagaria a taxa de 1%, € 1 000,00 para o município, para o usufruto de tudo que tem e que o município põe à sua disposição. Assim, paga € 390,00. Há uma poupança de € 610,00 de imposto. Mas, essa mesma empresa vai pagar 21%, ou seja, € 21 000,00 de IRC ao Estado Central e eu continuo a pensar que o município, via a derrama, não vai ganhar muito, mas podia meter algum dinheiro nos cofres e não é a política de baixar para 0,39% porque as empresas, e eu, que trabalho com muitas empresas, ninguém me pergunta qual é o valor da derrama para este ano. Perguntam-me quais os incentivos fiscais que têm, qual é a taxa do IRC, se as empresas que estão em território de baixa densidade podem beneficiar dos 12,5% ou 17%. Nunca ninguém me perguntou ou pôs em causa que não vinha para Sever do Vouga por causa de 0,39% sobre o valor da derrama.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra a António Monteiro.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal. Eu tive ocasião, no período de antes da Ordem do Dia, de falar daquilo que é a atual imprevisibilidade da situação mundial, e portuguesa e europeia, no que diz respeito àquilo que nos espera, nomeadamente, a questão do aumento dos custos com a energia, a inflação, o aumento das taxas de juro, as suas consequências para o crescimento económico e, também, para as pessoas. E, neste momento, nós ainda não temos a exata noção de que medidas é que irão existir no Orçamento do Estado para prevenir aquilo que será o duríssimo impacto que esta pressão inflacionista terá na bolsa de todos os portugueses. As pessoas vão ver, cada vez mais, sobrar mais mês ao ordenado ou à pensão que têm. A pensão e o ordenado não vão chegar até ao final do mês. Por isso mesmo, a preocupação fundamental que eu acho que nós temos que ter é que haja, a nível municipal, alguma estabilidade e previsibilidade. E quando falamos em estabilidade e previsibilidade, eu não vos escondo que o desejo do CDS, desde o anterior mandato, é reduzir a taxa de IRS. No nosso ponto de vista, se conseguíssemos reduzir para 0%, tanto melhor. E, se bem se recordam, em 2020, depois de ter sido chumbado o orçamento pela oposição, foi possível encontrar um acordo para aprovar esse mesmo orçamento e esse acordo assentou em manter a taxa de IMI na taxa mínima, a de direito de passagem na percentagem que hoje nos é apresentada, também, aqui. O IRS conseguiu-se reduzir progressivamente até àquilo que é a atual situação, que é ter reduzido em metade aquilo que é a percentagem que caberia ao município do IRS e, no caso da derrama, para pequenas e médias empresas, também, no caso do IRS foi reivindicação do CDS, no caso da derrama foi reivindicação do PSD, conseguiu-se chegar a um entendimento que levou a que, na altura que o PS governava a câmara, o PSD e o CDS, que eram a oposição, tivessem chegado a este entendimento. Portanto, sendo nós a favor desta estabilidade, e tendo sido possível alcançar esse entendimento no passado, eu diria que é uma questão de bom-senso mentar-se as atuais taxas e manter-se a palavra que todos demos naquela altura. Portanto, nós apoiaremos a manutenção destas mesmas taxas e estamos convictos que essa é a decisão correta numa altura de tanta instabilidade que vai afetar, inclusivamente, o próprio Orçamento do Estado e aquilo que serão as taxas de IRS. Neste momento, nenhum de nós sabe o que irá ser o Orçamento do Estado. Eu compreendo que aqui fomos informados da liberdade de voto na bancada do Partido Socialista. Eu permito-me relembrar ao Partido Socialista que foi possível, numa altura em que o Partido Socialista precisava, chegarmos todos a um acordo em relação a estes valores. Pegando nas palavras, não do orador que me antecedeu, mas sim do Jorge Graça ainda há pouco, vamos ver qual será a posição maioritária da bancada do Partido Socialista em relação a estas taxas. Muito obrigado.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra a Diana Paiva.-----

Diana Paiva – Renovo os cumprimentos de há pouco. A minha intervenção será telegráfica porque, nos tempos de hoje, o que se avizinha não é bom. Todos os dias ouvimos falar em crise, aumento de preços, custo de vida muito elevado e a crise

financeira está instalada, apesar de mal se falar nisso, em que se ouve as taxas de juro subir, felicitamos o executivo por manter estas taxas. A maior parte delas no nível mínimo e manterem as taxas no mínimo que já tínhamos acordado relativamente, até, ao IRS, quando seria muito mais fácil, para obter receita, aumentar todas estas taxas. Ficamos muito felizes por manter os níveis mínimos para os Severenses se sentirem apoiados e conseguirem levar a sua vida numa altura tão difícil. Muito obrigada.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito rapidamente. Houve, aqui, um lapso da minha parte, no que diz respeito à derrama para 2023. O valor não é de 0,39%. O que foi aprovado em reunião de Câmara foi 0,385%. Exatamente o mesmo do ano anterior. Em segundo lugar, eu quero deixar bem claro o seguinte. O município não tem dinheiro. O município vive, fundamentalmente, do dinheiro que vem do Orçamento do Estado e estes são os impostos diretos que chegam ao município. E, para um município que não tem dinheiro ter dinheiro, a melhor forma que existe é de subir as taxas. É de subir o IMI, que pode ir até aos 5%, é de subir a taxa de participação variável do IRS que pode ir até aos 5%, é subir a derrama, é subir uma série de coisas. Aquilo que é importante as pessoas perceberem é que a manutenção das taxas, no atual ano, é uma ajuda direta às famílias do concelho e é isto que têm que perceber. Isto é uma ajuda direta às famílias do concelho porque o orçamento da Câmara Municipal diminuiu, fruto da aprovação do Orçamento do Estado em cerca de € 500 000,00. Nós temos, hoje, muito mais competências do que tínhamos antes, temos mais funcionários do que tínhamos antes fruto dos funcionários que vieram das escolas e da ação social. Temos mais despesas, temos menos dinheiro e, mesmo assim, nós entendemos que o melhor que temos são as pessoas, o melhor investimento são as pessoas, o que mais precisamos são as pessoas e, por isso, é que a manutenção das taxas é uma insistência nossa e é um apoio direto às famílias do nosso concelho. Quanto às empresas, eu até concordo consigo. O problema é que, a imprevisibilidade do que aí vem é muito grande. Portanto, a manutenção da taxa e a estabilidade da manutenção da taxa nós também consideramos importante para a fixação das empresas no nosso concelho e, se calhar, daqui a uns anos, quando tivermos melhores zonas industriais, quando pudermos prestar melhores serviços às nossas empresas, se calhar quando tivermos melhores acessibilidades, aí sim, podemos dizer e subir a derrama que eu acho que faz todo o sentido. Neste momento, é um esforço muito grande que o município está a fazer da manutenção das taxas para ajudar diretamente as famílias. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente, não ouvi muito bem, o senhor disse que houve um lapso.-----

Presidente da Câmara Municipal – Na proposta da derrama, apresentamos uma proposta de taxa de 0% sobre o lucro tributável até ao valor de € 150 000,00 e 0,385% sobre o lucro tributável que exceda os € 150 000,00.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra a Jorge Graça.-----

Jorge Graça – Renovo, mais uma vez, os votos. Não é por causa do repto do senhor deputado António Carlos Monteiro que eu vou votar a favor de todos os pontos. Que fique claro. Tal como eu falei, há bocado, na minha primeira intervenção, nós estamos aqui para colaborar e para ajudar o executivo fazer o melhor pelas pessoas e pelo município. Mas, já agora, voltando a isto, a Dr.^a Diana Paiva falou aqui que as taxas estão quase todas no mínimo, e alguns já esclareceram, efetivamente podíamos reduzir a taxa variável do IRS até zero e, no passado, quando vocês estavam na oposição, defendiam muito isso, de reduzir, de preferência, para zero. Eu não concordo com isso. Eu seria dos mais beneficiados, nesse sentido, porque felizmente tenho um ordenado razoável que me obriga a pagar bastante IRS. Eu seria um dos beneficiados e não defendo essa medida. Acho que a taxa está equilibrada, por isso votarei favoravelmente. Aproveito para dizer que há outras, e concordando com aquilo que toda a gente falou da imprevisibilidade do que vai

acontecer às pessoas no futuro é muito grande, e eventualmente há pessoas que, neste momento, já estão a passar algumas dificuldades e poderão essas dificuldades agravar-se, e nesse sentido, sugeria à Câmara Municipal, nomeadamente no campo da educação, que, dentro do possível, e para as pessoas que tenham mais necessidades, adaptar um sistema de patrocínio dos cadernos de atividades escolares. No anterior mandato, pelo menos um ano ou dois, isso aconteceu e, como sabemos, o Estado fornece os manuais escolares gratuitos, mas os cadernos de atividades os pais têm de suportar o custo deles porque alguns professores os exigem. É uma sugestão que poderia ajudar as famílias que têm um escalão de ajudas em termos de ação social escolar maior, portanto, acho que os escalões mais avantajados não precisam disso, mas pelo menos os agregados familiares mais necessitados poderia ser essa uma solução. Outra questão que também podia ajudar as famílias mais carenciadas, sabemos que as refeições são gratuitas no pré-escolar, no primeiro ciclo, mas no segundo e terceiro ciclo e no secundário as famílias têm que pagar as refeições escolares. Não é que o preço seja demasiado elevado, mas para algumas famílias mais necessitadas, que não estão no primeiro escalão que têm a refeição gratuita, o escalão intermédio que tem que pagar o valor, se câmara pudesse suportar esse custo da refeição também seria uma ajuda às famílias. O que quero aqui dizer é que, não sendo por estas reduções de taxas, porque também entendo que o município para fazer obras precisa de receitas, entendo que há outras formas muito mais simples de ajudar as famílias que, efetivamente, estão necessitadas. Muito obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Monteiro. **António Monteiro** – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Apenas para fazer uma nota muito breve. Há aqui algo que explica porque é que o Jorge Graça está sentado naquela bancada e porque é que eu estou sentado nesta. É que, o Jorge Graça, eu lembro-me bem, era contra o transporte escolar gratuito durante a escolaridade obrigatória. Achava que não havia necessidade, eu lembro-me bem dessas intervenções, que não havia necessidade de o fazer porque as pessoas já tinham meios e já era suficiente a câmara gastar até ao 10º ano quanto mais agora ter que pagar o 11º e o 12º. E o Jorge Graça também acha que o dinheiro dos impostos é dinheiro do Estado, portanto, tudo aquilo que for redução de impostos às pessoas é como se estivessem a tirar o dinheiro a que o Estado tem direito. Ora, eu acho exatamente o contrário. É que, as pessoas é que ganham o seu dinheiro. As pessoas é que têm que pagar os impostos. Já é um sacrifício, portanto, tudo aquilo que nós pudermos fazer com que as pessoas não paguem de impostos, em regra, cada um de nós saberá onde quer gastar o que é seu e acabará a gastar melhor do que as entidades públicas. Por isso é que eu me sento na bancada do CDS e o senhor deputado Jorge Graça se sinta na bancada do Partido Socialista. É que o Partido Socialista, infelizmente, tem sempre esse raciocínio. É que acha que sabe mais que nós, que pode mais que nós e que o dinheiro, que cada um de nós ganha, na realidade é deles porque eles é que cobram os impostos, eles é que governam o Estado e eles é que acham que fazem o que devem fazer com o dinheiro. Por isso é que nos afastamos e, aqui sim, é daqueles casos em que, apesar de estarmos a falar de coisas muito práticas e importantes para a vida dos Severenses, se percebe a nossa diferença. É que, o Partido Socialista de Sever do Vouga sempre quis aplicar a taxa máxima de IRS e foi o CDS, com a ajuda do PSD, que conseguiu forçar a redução da taxa de IRS em 2020. E é bom que o senhor deputado Jorge Graça o tenha dita aqui porque nós sabemos que era essa a posição do Partido Socialista e percebemos que, apesar de tudo, e apesar de terem chegado a esse entendimento connosco para o orçamento de 2020, teimosamente continuam com ideologicamente apegados a esse preconceito e que esquece as pessoas. Muito obrigado.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Jorge Graça.-----
Jorge Graça – Mais uma vez, já não contava cá vir, mas o senhor deputado António Carlos Monteiro provocou-me, como já tem provocado várias vezes, com uma insinuação que é falsa. Eu não votei contra os transportes escolares gratuitos. Aliás, os transportes escolares gratuitos existem com a aprovação, no anterior mandato, em que eu votei

favoravelmente. O senhor está a confundir. Não me interessa nada discutir consigo, nem discutir o passado como eu disse há bocado. Deixe-me dizer-lhe. A única questão em que nós não aprovamos, na altura, foi a questão da legalidade dos transportes escolares serem gratuitos. Quando essa dúvida da legalidade foi esclarecida eu votei a favor, tal como toda a bancada do PS. Aliás, isso foi um ponto que foi trazido à Assembleia Municipal por proposta da Câmara Municipal. Já agora, também sobre estes impostos, e sobre estas taxas que se mantêm, foram propostas do anterior executivo que nós também votamos favoravelmente. Isso é verdade. Uma mentira repetida, muitas vezes, torna-se verdade, mas, desculpe lá, não faz sentido voltar a acusar isso. Quanto ao resto, em relação aos impostos, estamos de acordo. Muito obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Monteiro. **António Monteiro** – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Eu não faço questão de prolongar este debate, mas há uma questão que eu não admito ao senhor deputado Jorge Graça. Sabe o que é que eu não lhe admito, senhor deputado Jorge Graça? É que diga que eu estou a mentir. Sabe porquê? Porque é bom que sejamos rigorosos. O que eu disse ao senhor deputado Jorge Graça é que o senhor deputado Jorge Graça era contra os transportes escolares gratuitos. Era contra e disse-o na Assembleia Municipal e qualquer pessoa pode consultar as atas. Está lá a sua posição. Eu nunca disse que tinha votado contra. Eu disse que era contra e declarou-se contra. Em segundo lugar, o senhor deputado Jorge Graça pode dizer o que entender, mas a verdade é exatamente aquela que eu disse. Resultou de uma negociação com o PSD e com o CDS, na anterior câmara, quando teve o orçamento chumbado pela primeira vez, aquilo que são as atuais taxas que estão aqui sujeitas a votação e o PSD propôs a redução da derrama e o CDS propôs a redução do IRS e foi nessa sequência que, assumindo esse compromisso, que veio à Assembleia Municipal e todos votámos a favor dessas reduções. Portanto, senhor deputado, chamar-me mentiroso, eu, sinceramente, acho falta de educação porque não faltei à verdade. Disse exatamente aquilo que se passou e qualquer pessoa que tenha interesse e que queira ler a ata, sabe que consegue encontrar declarações do senhor deputado Jorge Graça a dizer que achava mal que o transporte escolar passasse a ser gratuito, que ele até nem precisava disse e, só depois de ser aprovado aqui na Assembleia Municipal, uma moção do CDS recomendando à câmara que houvesse transporte escolar e só depois de termos chumbado o orçamento, é que a câmara do Partido Socialista, finalmente, deixou de inventar falsos pretextos e, no orçamento, inscreveu o transporte escolar gratuito. Factos são factos. São comprovados pelas atas da Assembleia Municipal, portanto, não adianta vir aqui chamar-me mentiroso. Eu não lho chamei a si mentiroso, mas tem a prova, nas atas, e eu dispense-me de continuar com esta discussão.-----

Antes de passar a palavra a Jorge Graça, o **Presidente da Assembleia Municipal** disse o seguinte: Só um comentário, se me permitem. Penso que não estão a contribuir rigorosamente nada para o esclarecimento daquilo que importava. Estão a reportar-se a factos do passado que eu acho que não nos ajudam nada. O senhor já explicou qual é o sentido de voto e qual é a orientação do Partido Socialista. O Dr. António Monteiro fez o mesmo, mas se quiserem continuar têm tempo. Estão à vontade. Entretenham-se.-----

Jorge Graça – Só vou acabar e, pegando numa frase do senhor Dr. António Carlos Monteiro referiu. Para já, não o chamei mentiroso, não sei onde é que foi tirar isso, mas de qualquer modo, respondo-lhe com a sua frase. Eu era contra, mas votei a favor. Muito obrigado.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – O Diretor de Departamento informou-me que, nas Finanças, não aceitam a terceira casa decimal. Portanto, o que tem que ser é 0,39%.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Vamos votar a proposta tal como ela está. Uma vez que concluímos as intervenções, vamos votar ponto a ponto.-----

3.2 Taxas do IMI para 2023: - Para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovada, por unanimidade, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, destinada à fixação das taxas do IMI a que referem as alíneas a) e c) do n.º 1, do artigo 112º, do Decreto-Lei n.º 287/2003, alterado pela Lei n.º 64/2008, de 5 de dezembro, para vigorarem no ano de 2023:-----

a) Prédios rústicos: 0,8% (Fixa); -----

b) Prédios urbanos: 0,3%.-----

Vinte e sete votos a favor – Alexandre Rocha, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Bruno Silva, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Eugénio Martins, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, Iolanda Matos, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.---

3.3 Taxas do IMI para 2023 – Redução por Agregado Familiar: - Em complemento da proposta para fixação das taxas do IMI para 2023, e para efeitos do previsto no art.º 112-Aº do Código do IMI, foi apresentada a proposta da Câmara Municipal para redução das taxas que irão incidir sobre os imóveis destinados a habitação própria dos agregados familiares do concelho de Sever do Vouga que possuam dependentes a cargo e o domicílio fiscal do proprietário seja igual à localização daquele imóvel nos seguintes termos:-----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3	70

A proposta de redução do IMI, por agregado familiar, para 2023, foi aprovada, por unanimidade.-----

Vinte e sete votos a favor – Alexandre Rocha, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Bruno Silva, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Eugénio Martins, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, Iolanda Matos, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.---

3.4 Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2023: - Para efeitos do previsto no n.º 2, do artigo 123º da Lei das Comunicações Eletrónicas, publicado no Diário da República n.º 230, de 29 de setembro, foi aprovada, por unanimidade, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no valor de 0,25% para 2023.-----

Vinte e sete votos a favor – Alexandre Rocha, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Bruno Silva, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Eugénio Martins, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, Iolanda Matos, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.---

3.5 Participação Variável no IRS para 2023: - Ao abrigo do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão deliberativo analisou a proposta apresentada pela Câmara Municipal para fixar a participação variável do IRS em 2,5%, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

Vinte e sete votos a favor – Alexandre Rocha, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Bruno Silva, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Eugénio Martins, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, Iolanda Matos, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.---

3.6 Derrama para 2023: - O órgão deliberativo aprovou, por maioria, nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a aplicação das seguintes taxas para a cobrança da Derrama em 2023:-----

- a) 0% sobre o lucro tributável até os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC);-----
- b) 0,39% sobre o lucro tributável que exceda os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC).-----

Vinte e seis votos a favor – Alexandre Rocha, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Bruno Silva, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Elga Silva, Eugénio Martins, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, Iolanda Matos, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.-----

Uma abstenção – David Alves.-----

3.7 Encargos Plurianuais (Autocarro e Carregador Elétrico): - O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Atualmente, e já a alguns anos, existem circuitos do transporte escolar a serem realizados pela autarquia. Para o efeito, está a ser utilizado um veículo pertencente à frota automóvel do município, que corresponde a um autocarro com matrícula de 1999, com capacidade para 40 lugares, que utiliza o gasóleo como combustível de propulsão e que já atingiu o fim da sua vida útil para a realização deste tipo de transporte, sendo necessária a sua renovação. Nesta perspetiva, com a publicação, no ano transato, do Aviso POSEUR-07-2021-09, na tipologia “Eficiência energética nos transportes públicos de passageiros”, considerou-se uma oportunidade para a aquisição de um veículo novo, aliado ao apoio e contributo na transição para uma economia com baixas emissões de carbono (descarbonização). A submissão da candidatura foi feita no dia 30 de setembro de 2021 e foi aprovada no dia 27 de janeiro de 2022. Foi aceite pelas entidades/contratada no dia 11 de março de 2022. A despesa total é de € 470 475,00 (inclui o veículo com os logotipos e respetivo carregador a instalar na central de camionagem). O valor que é financiado nesta candidatura é de € 304 425,00. A despesa não elegível, e que terá que ser suportada pela Câmara Municipal, é de € 166 050,00. É um autocarro 100% elétrico adaptado à mobilidade reduzida, com uma autonomia máxima de 380km. A capacidade de lugares sentados é de 30, mais 1 cadeira de rodas e mais lugares em pé. Garantia de 2 anos para o veículo, mais 8 anos para a bateria.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Eu pedia às pessoas que esto no público que se abstivessem de falar e de trocar impressões. Aqui, quem fala somos nós, portanto, os senhores ouvem, com respeito, e tem um período destinado ao público no final, se assim o entenderem, para se inscreverem. Muito obrigado. Estão abertas as inscrições para este ponto.-----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra a António Dias.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, sintam-se cumprimentados na sua pessoa. O senhor Presidente da Câmara, há pouco, disse que a Câmara Municipal não tem dinheiro e, agora, aparece aqui € 166 050,00 de encargos. Eu pergunto – tem, ou não tem, dinheiro? Eu estou a falar de um autocarro que a Câmara pretende comprar e vou falar, aqui, do maior CEO de Portugal, Eng.º Carlos Tavares reputado CEO da Stellantis Grupo Peugeot/Citroen/Fiat/Chrysler, e diz ele “eletrificação foi escolha dos políticos, não da indústria. Há formas mais rápidas e económicas do que a eletrificação total para reduzir as emissões de carbono”. Eu pergunto, senhor Presidente, será que não é vantajoso contratar empresas externas do que ter custos fixos? Quanto é que equivalem estes custos, em termos municipais, por ano? Têm motoristas? É que, eu ouvi dizer que têm dois motoristas e que um está de baixa, ou seja, ter um autocarro para estar parado, se quiser eu empresto-lho o da Junta de Freguesia. Temos aqui um parado e ainda tem TCC para mais quatro anos. Senhor Presidente, ainda ontem, e estão aqui os presidentes de Junta que foram, o senhor Presidente também foi, fomos numa viagem sénior e não foi nenhum autocarro do município. Para que é que é o autocarro? É para estar parado? Mais um encargo? Não será preferível terem autocarros subcontratados como temos da Transdev e

de outras empresas? Obrigado, senhor Presidente. Era só isso. Gostava de ser esclarecido destes € 166 050,00. Obrigado.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu penso que, para bom entendedor meia palavra basta. O senhor Presidente da Junta, que também gere o orçamento da sua Junta, sabe perfeitamente que há despesas que têm que ser cabimentadas. Aliás, eu expliquei que aqueles génios que, na última Assembleia Municipal, teceram comentários acerca, nomeadamente, da contratação do empréstimo, se havia um saldo de gerência e a Câmara tinha muito dinheiro, eu expliquei que o saldo de gerência foi, precisamente, para cabimentar rubricas que não tinham cabimento, ou seja, o dinheiro foi disponibilizado para esta rubrica e é para esta rubrica e mais nada. Por isso é que nós não tínhamos dinheiro para realizar as outras obras. E não, não temos dinheiro. Agora, o senhor passa a vida a queixar-se dos transportes escolares. Isto é para transportes escolares. Não é para as viagens sénior. O senhor é o primeiro a queixar-se. Depois, queixa-se que a gente contrate um autocarro para fazer os transportes escolares. Relativamente ao motorista, só temos, neste momento, um motorista, mas vamos abrir concurso para outro motorista de pesados. Agora, se a Junta de Freguesia de Talhadas tem disponibilidade para nos emprestar uma carrinha, nós aceitamos com agrado.-----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto à votação, tendo o órgão deliberativo aprovado, por maioria, autorizar a repartição dos encargos plurianuais referentes aos seguintes procedimentos:-----

- Aquisição de Autocarro 100% Elétrico – Operação Sever Rumo à Eletromobilidade, ao abrigo do acordo quadro CNCM AQ/40/2020;-----
- Fornecimento e Instalação de Posto de Carregamento – Operação Sever Rumo à Eletromobilidade, ao abrigo do acordo quadro CNCM AQ/40/2020.-----

Vinte e seis votos a favor – Alexandre Rocha, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Bruno Silva, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Eugénio Martins, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, Iolanda Matos, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.-----

Uma abstenção – António Dias.-----

-----4 – Período Destinado ao Público-----

Luís Carneiro – Boa tarde, senhor Presidente e restante Mesa, senhor Presidente da e restante executivo, os restantes membros da Assembleia Municipal, público e comunicação social. Eu, no fundo, venho aqui, mas, durante a minha presença já foram ditas aqui algumas palavras que até vou ter que introduzir aqui no meio. Parece que, efetivamente, este executivo, a palavra lapso...-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Luís Carneiro, peço desculpa, foi um lapso meu, só para saber, o senhor vai intervir na qualidade de?-----

Luís Carneiro – É isso que vou dizer a seguir. Eu estou aqui apenas para intervir como cidadão Luís Pedro Ribeiro Pinto Carneiro, possuidor do Cartão de Cidadão 05925399 1 YZ6. Isto que fique esclarecido porque, muitas vezes, e fui alertado por um agente da autoridade, ó Luís, tu quando falas, eles olham para ti e, efetivamente, veem o Luís Carneiro que, por acaso é sócio-gerente de uma das maiores empresas do desporto de aventura e das mais antigas de Portugal que, por acaso, está sediada em Sever do Vouga. Hoje, não. Hoje estou aqui como cidadão Luís Pedro Ribeiro Pinto Carneiro.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Peço desculpa por interromper. O senhor Luís Carneiro pode intervir se for na qualidade de gerente ou sócio de uma empresa sediada em Sever do Vouga, ou de uma associação. Se for como cidadão não residente, não poderá intervir. É uma questão de Regimento.-----

Luís Carneiro – Só falhou aqui uma coisa, esse mesmo agente disse, tu leva três camisolas contigo, quando falares da Turnauga trazes da Turnauga, quando falares dos

Vikings, trazes dos Vikings. Eu, infelizmente, não trouxe hoje a camisola da Turnauga, portanto, vou ter que falar à cidadão, mas então vou falar como Luís Carneiro como aquela pessoa que toda a gente conhece, que tem assim uma forma um bocado, porque esse mesmo Luís Carneiro, que está aqui em Sever do Vouga, e hoje venho aqui porque está numa freguesia que lhe diz muito porque, há uns anos atrás, aproveito para agradecer o convite do senhor Presidente da Junta de Talhadas para eu investir nas Talhadas e eu disse nem pense porque em 2006 tive um projeto aprovado para as Talhadas, de 260 mil euros, e por pequenas mesquinhas de bairrismo foi tudo por água abaixo. Entretanto, vim aqui, no fundo, defender a minha honra, por lapso, na ata da reunião de Câmara em que eu estive presente como representante da Turnauga e dos Vikings, houve lá situações que foram apresentadas e que não foram colocadas em ata e eu quero que fique aqui esclarecido de uma vez por todas. Eu escolhi esta terra para investir o projeto da minha vida e só não investi mais por aquilo que referi há pouco. Como pessoa que investi nesta terra, não posso deixar passar em claro a falta de respeito que este executivo tem tido para com a minha pessoa e não só. Com a minha pessoa tem sido a forma como tem gerido a resposta aos meus e-mails e como sou de uma terra onde ninguém fica sem resposta, normalmente respondemos nem que seja com aquela resposta muito dita que é “vai para o”. Aquela cesta que havia no cimo das nossas caravelas. Ou, então, quando aquele cidadão que vai atrás de uma miúda e diz “ó borracho, ó borracho” e ela responde “estúpido”, nós respondemos “estúpido não, mentiroso” porque ela não é borracho nenhum. Por isso, quero deixar e nunca vou deixar ninguém sem resposta e é uma falta de respeito que este executivo tem tido para comigo porque tenho e-mails à espera de resposta desde junho e não são e-mails a dizerem para me darem dinheiro. São e-mails a dizerem tenho cá um grupo de cinquenta jovens que vêm do Porto, vão chegar a Sever do Vouga, querem ir a uma casa de banho, visto que os dois espaços públicos que poderiam usar para ir à casa de banho, Estação de Paradela e praia fluvial ainda estão fechados, podem me auxiliar ou dar uma dica onde é que eu posso ir? Resposta, zero. É assim que querem promover o turismo de Sever do Vouga? Não pensem. Mas, também como cidadão quero referir que, nessa mesma ata, que é do conhecimento público, disseram que eu que ameaçava as pessoas de morte. Eu não ameaço as pessoas de morte. Disse, e volto a dizer, que disse ao pai do concessionário da praia fluvial que não se metessem com pessoas indefesas porque as pessoas indefesas têm amigos e esses amigos têm amigos que fazem caixotes, por duzentos paus, e metem um gajo lá dentro. Eu não estou a dizer que mato ninguém.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Agradecia que não reagissem à intervenção.-----

Luís Carneiro – Tenho a dizer que tenho amigos que são cangalheiros e fazem caixotes. Nessa mesma reunião e também por lapso não foi lançado na ata, o que eu disse foi que quem me faltasse ao respeito tinha o destino traçado. Posso-vos dizer que já não está entre nós. A única pessoa que me faltou ao respeito, além deste executivo, foi uma pessoa que, um dia, faltou ao respeito a uma pessoa que eu, na altura, amava e eu liguei-lhe e disse “não lhe admito que falte ao respeito a quem quer que seja, muito menos à minha ex-mulher”. E essa pessoa, porque toda a gente sabe quem é, “eu vou aí abaixo e dou cabo de ti” e eu disse “então venha, mas se a sua é preta a minha é cromada”.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Vai-me desculpar a interrupção, mas eu vou lhe pedir o seguinte, se tem alguma questão a colocar à Mesa... Deixa-me acabar? Quem dirige os trabalhos sou eu, até agora e, daqui para a frente, espero continuar. Se tem alguma questão ou alguma dúvida a colocar, na qualidade de gerente ou sócio de uma empresa sediada em Sever do Vouga à Mesa ou ao senhor Presidente da Câmara, faça o favor. Agora, evite esse tipo de comentários que penso que, para a assembleia, não adiantam nada.-----

Luís Carneiro – É o seu ponto de vista.-----

Presidente da Assembleia Municipal – É o meu ponto de vista e penso que é o ponto de vista de todos.-----

Luís Carneiro – Adiantando, o que me traz aqui é, efetivamente, eu gostava de saber o

porquê da não resposta aos e-mails que, quer o Luís Carneiro como sócio-gerente da Turnauga envia, quer Luís Carneiro como presidente do Viking Kayak Clube, simples associação dedicada à prática da canoagem, mas que tem no seu palmarés campeonatos do mundo. Que eu saiba, em Sever do Vouga não mais desporto nenhum que tenha um campeão do mundo. Por isso, merecíamos o mínimo de respeito. Mas, eu continuo a dizer o porquê de não responderem aos meus e-mails. O porquê de não colocarem em ata aquilo que eu digo que é uma falta de respeito, não só para comigo como para com outras pessoas. Eu gostaria, mais uma vez, de perguntar e, neste caso, ao senhor Presidente e quem elaborou a ata da reunião de Câmara do dia 10 de agosto em que eu disse que também achei desprezável o ato que foi feito à porta da Câmara Municipal. Mas, se o senhor Presidente disse, na altura, e bem, que quem fez aquele ato estava a faltar ao respeito à instituição Câmara Municipal e a todos os Severenses, e eu perguntei-lhe e não será alguém que rotula um dos seus funcionários “aquele moço que limpa retretes”? Não estará, também, a faltar ao respeito à Câmara e a todos os Severenses? Isso não ficou em ata. Não interessava. Também, e só para lhes dizer que tivemos ali alguma troca mais emotiva, mas que, na boca do senhor Presidente, ficou esclarecido o meu pedido de desculpas, e vice-versa, por situações que se passou. Agora, é lamentável, uma praia com bandeira azul que, sem que ninguém tivesse perguntado nada ao senhor Presidente, numa das visitas que ele fez à praia fluvial disse a um dos nadadores que estava lá “daqui a oito dias vamos pôr areia nova”. Pois a época fluvial terminou e areia nova nem vê-la. É lamentável que as pessoas que estão a gerir a praia fluvial, neste momento, faltem ao respeito os nadadores-salvadores e ponham em causa o seu trabalho porque, todos os dias, quase que os desautorizavam perante os veraneantes e é lamentável, só para terminar, também numa dessas visitas do senhor Presidente da Câmara fez à praia fluvial disse a um dos nadadores-salvadores, e só posso dizer o nome dele porque ele disse podes dizer porque digo isto publicamente, o nadador-salvador Rafael, que disse assim “vocês são caros, pá. Ganham dois mil euros por mês”, ao qual o nadador-salvador lhe respondeu “uma vida, para si, só vale dois mil euros?”. Um dia que seja um seu familiar a ser salvo, eu quero ver se pensa da mesma maneira. Isto é verdade e a pessoa, se for preciso, vem cá porque, na altura, o senhor Presidente disse que não, que não tinha dito isto. Há duas coisas que são muitas importantes. Todos nós, católicos, há uma oração que, calhar, fazemos todos os dias e, nessa oração, tem lá uma coisa que diz “perdoai-nos os nossos pecados, assim como nós perdoamos a quem nos tenha ofendido”. Não duvidem que eu tento perdoar todos os dias a quem me tenha ofendido. Não é fácil porque, ao fim destes vinte e cinco anos, este executivo conseguiu-me desapaixonar por Sever do Vouga. O outro executivo nunca me deu nada, nunca me deu dinheiro, porque precisávamos de autocarro para o transporte, porque nos visitavam numa descida noturna que era o maior evento que se fazia em Sever do Vouga, emprestavam o autocarro. Precisávamos do pavilhão municipal para dormir, que já foi falado, quando fizeram a transferência para a escola erradamente não ficou lá contemplado que devia continuar a servir as forças vivas da região e emprestavam. Nunca pedi dinheiro como também nunca pedi a este executivo. Agora, é de lamentar que, neste ano, tem sido uma perseguição à pessoa de Luís Carneiro, à Turnauga e aos Vikings. E só queria dizer aqui, e só para terminar, que, como cidadão, e como presidente do Viking e como sócio da Turnauga, sou muito conhecido e tenho pessoas que me ligam “fui à Ecopista e a Estação de Paradela continua fechada”. E eu faço esta pergunta – se fosse o Luís Carneiro que tivesse aquela concessão estava desgraçado. Todos os dias lhe ligavam – isto não abre? Aquilo esteve o verão todo fechado. É assim que se quer promover o turismo de Sever do Vouga? Senhor Presidente, num dos últimos jornais diz lá “queremos promover o turismo”, não é assim que se promove o turismo. Fale a verdade e diga como é promover o turismo. Fiquem bem, até dezembro e aí vou trazer uma camisola da Turnauga e outra dos Vikings e, se calhar, iremos explorar outros assuntos. Um bem-haja a todos.-----

Marta Lúcia da Silva Sousa Batista – Muito boa noite. Excelentíssimo senhor

Presidente da Assembleia, Presidente da Câmara e restante executivo. Excelentíssimos membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Mais uma vez, boa noite. Fico muito satisfeita por, hoje, estarmos em Talhadas e por ver o público aqui presente. Finalmente, não estou sozinha. Gostaria, também, de agradecer ao Presidente da Câmara, Eng.º Pedro Lobo, à vereadora Dr.ª Paula Coutinho e ao Eng.º Sérgio Soares, o Presidente da Junta do Couto de Esteves, por terem vindo, no dia 08 de junho, fazer comigo o trajeto dos alunos de Talhadas. Afinal, a solução existia. Pode, ainda, ser melhorada, mas acho que, finalmente, estamos no bom caminho. Este problema ficou, em princípio, mais ou menos resolvido, mas outros aparecem. Por diversas vezes, já solicitei, nas reuniões de Câmara, a pavimentação da estrada da Vide. Como é do vosso conhecimento, no lugar de Vide existe o santuário da Santa Eufémia e, neste local, realiza-se, todos os anos, uma das maiores romarias do distrito. Ainda agora tivemos o São Mateus e este ano tive oportunidade de me deslocar até à festa e verifiquei que obras são feitas nesse recinto. Porque não começarmos a tratar bem os outros locais de romarias? Já solicitei neste sentido, ao executivo, um esclarecimento sobre a pavimentação do cruzamento das Roçadas e as respostas continuam a não satisfazer. A obra já esteve cabimentada, mas por algum motivo, desapareceu. Sei que todos pedem muitas obras, mas uma vez que estamos em Talhadas, cabe-me pedir mais. E, mais uma vez, venho apelar, tal como fiz a nível dos transportes escolares, para que a pavimentação da estrada para a Vide seja considerada uma obra prioritária. No lugar de Vide, para além da romaria, existe neste momento um habitante que padece de uma doença neurodegenerativa. Doença essa bastante grave. Todos os dias úteis este habitante vai para a fisioterapia e, de dia para dia, quem se desloca atrás do transporte dos bombeiros de Águeda verifica que a carrinha cada vez vai mais devagar. Tal é o impacto que têm os buracos no automóvel e por-consequente no doente transportado em cadeira de rodas. Se a estrada não for melhorada, este habitante, no futuro próximo, não poderá ser transportado a não ser de ambulância, sendo que, já foi informado que, caso esta situação se prolongue no tempo, ao ter que ser transportado de ambulância deixará de fazer a dita fisioterapia todos os dias úteis e esses dias terão que se alternados. Se a estrada fosse pavimentada, tal como o senhor Presidente da Junta referiu há pouco, seria uma forma de podermos agilizar o transporte escolar e aí seria necessário fazer, não só, até à Vide, mas da Vide à Boucinha evitando, assim, que o autocarro escolar tenha que entrar noutra concelho e noutra distrito para fazer o seu percurso diário. É um esforço que poderia ser feito por este executivo para que isto já não voltasse a acontecer. Relativamente aos cães vadios, o senhor Presidente falou que já apanharam cerca de oito dezenas, eu acho que, se já tivessem ido à Vide resolver a situação que já foi reportada desde junho, as oito dezenas, neste momento, já iriam nas nove dezenas. Outra situação, uma vez que já tivemos, aqui, desistentes e alguns apontaram quais seriam os motivos da sua vinda aqui, como é do vosso conhecimento, apresentei uma proposta para o Orçamento Participativo, que era um miradouro do pedreiro no Gralheiro e, no sentido de desenvolvermos o turismo no concelho de Sever do Vouga, eu gostaria de saber se a Câmara teria interesse em podermos procurar uma solução para o Gralheiro no sentido de potenciar aquele ponto turístico. Acho que é uma pena estar abandonado, não ter um acesso condigno e poderíamos tentar pensar aqui numa solução entre o Conselho Diretivo, Junta de Freguesia e Câmara Municipal. Seria necessário, também, fazermos alguns passeios aqui em Talhadas, principalmente agora que temos um novo comércio, para que as pessoas do centro se possam deslocar de forma segura até ele. Por último, um tema que também me é querido, apesar de já não ter filhas pequenas, ainda estou a tempo de as ter, mas para já penso que a fábrica está fechada – a creche. Senhor Eng.º João, eu gostei muito daquilo que disse, mas daquilo que tenho acompanhado, até porque, feliz ou infelizmente, sou casada com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Talhadas. Apeetece-me referir, um pouco, aquilo que tem acontecido com o aeroporto. No aeroporto, um antigo ministro dizia assim: “Alcochete, jamais” e, da parte da Santa Casa da Misericórdia, há uns tempos atrás também “creche em Talhadas, jamais”. Portanto, eu

espero que aquilo que veio aqui dizer hoje que se concretize, mas que se concretize rapidamente porque os pais já estão um bocadinho desesperados com tanta papelada que lhe pedem sem antes darem uma certeza que o seu filho vai ter a dita vaga para poder frequentar a creche de Talhadas. Muito obrigada, boa noite e obrigada por terem vindo a Talhadas.-----

Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se queria responder às questões colocadas ou se queria remeter para uma resposta por escrito.

Presidente da Câmara Municipal – No caso da Marta Batista, algumas respostas eu já lhe dei, mas darei por escrito. No caso do senhor Luís Carneiro, face àquilo que ele disse, eu gostaria de responder imediatamente. Em primeiro lugar, eu quero-lhe dizer que, aquilo que consta da ata foi aprovado, por seis vereadores, por unanimidade. Eu gostava só de ler um bocadinho do que aqui está. No período destinado ao público – *Luís Carneiro, presidenta da direção da Turnauga e do Viking Kayak Clube, interveio para dizer que o Viking Kayak Clube tinha recebido uma comunicação do Município de Sever do Vouga a informar de que deveria fazer a entrega da Escola da Ermida e que iriam proceder à sua devolução, mas que pretendia que o Município pagasse os equipamentos adquiridos, e amovíveis, que se encontram naquele local.* Só para que saibam, a Escola da Ermida foi entregue ao Viking Kayak Clube com o único objetivo, e consta do contrato, de ser a sede do Viking Kayak Clube. Nunca foi a sede do Viking Kayak Clube. O contrato nunca foi cumprido. *De seguida, fez uma apresentação do percurso do Viking Kayak Clube no concelho de Sever do Vouga e disse que, atualmente, estavam a desenvolver ações de divulgação e promoção da canoagem, no Rio Vouga, utilizando os 10 metros de espaço público. Relativamente à Turnauga, disse sentir-se perseguido pelo atual executivo e explicou as razões para esse facto. Apresentou, ainda, algumas situações, que disse considerar irregulares, relacionadas com a concessão da Praia Fluvial da Quinta do Barco.* Houve um concurso público, aberto a toda a gente, que correu normalmente, teve o período de queixas. O senhor Luís Carneiro concorreu e, de facto, é impressionante a quantidade de queixas que nós temos tido, desde a DECO a outras associações, a inventarem coisas que se passam na Quinta do Barco, com filmagens disto e daquilo, desde que o senhor Luís Carneiro saiu de lá. *Aproveitou para pedir desculpa ao Presidente da Câmara por se ter exaltado e lhe ter faltado ao respeito no dia em que o Presidente tinha ido à praia fluvial e dito que ele estava a cometer ilegalidades por ter caiaques naquele local. Afirmou que não podiam impedir que ele tivesse os caiaques na praia, uma vez que tinha o direito de usufruir até 10 metros cúbicos do rio. Falou, ainda, sobre um cliente que tinha voltado à praia, depois de ter estado no ano passado, e que se se tinha queixado, a si, de que a mesma estava péssima. O Presidente da Câmara Municipal disse ter estado a conversar com essa pessoa e que a mesma não lhe tinha dito isso. Luís Carneiro – “Não me obrigue a chamar-lhe de mentiroso. Desculpe, não me obrigue a chamar-lhe de mentiroso.”* Hoje, já me chamou de mentiroso duas vezes. *O Presidente da Câmara explicou que a pessoa em questão lhe tinha transmitido algumas sugestões de melhoria e que, em nenhuma situação, disse que aquilo estava péssimo. Pelo contrário, disse que gostava muito de vir para Sever do Vouga e que gostava muito de ali estar. Mais informou ter dito ao visitante que iria procurar resolver as questões de que ele lhe tinha falado. Seguidamente, Luís Carneiro disse ter enviado e-mails ao Município, em maio e julho, e que sobre os mesmos não tinha obtido qualquer resposta. Disse considerar que os mesmos tinham sido aceites porque os requerimentos tinham de ser respondidos num prazo de 30 dias. É coisa que existe em todo o lado. A função pública, toda a gente responde em trinta dias. O Presidente da Câmara Municipal referiu que, de acordo com o contrato de comodato celebrado em 2015, entre o Município de Sever do Vouga e o Viking Kayak Clube, a Escola da Ermida seria usada com o único e exclusivo objetivo de ser sede daquela associação. Relativamente à praia fluvial, referiu que, a falta de resposta significava um não. Conforme já lhe tinha sido dito pessoalmente. Em segundo lugar, referiu que o senhor Luís Carneiro, quando entregou, por mútuo acordo com a Câmara*

Municipal, a praia fluvial, tinha obrigação de ter retirado do local tudo aquilo que era seu e não o fez. Ainda hoje lá está. O Presidente da Câmara Municipal advertiu o senhor Luís Carneiro para não retirar nada sem autorização da Câmara Municipal. Agora. Coisas que diz que são dele, mas que, afinal, pelos vistos, não são dele. Em terceiro lugar, lembrou que a praia fluvial estava concessionada e não tinha sido dada qualquer autorização para o senhor Luís Carneiro realizar qualquer atividade, independentemente de ser da parte do Viking Kayak Clube ou da Turnauga. O que nos verificamos é que o Viking Kayak Clube, uma associação, está lá a ceder, gratuitamente, e a promover a canoagem e quando as pessoas chegam, o senhor pede um pequeno donativo para ajudar, estragando o negócio de quem lá está, de quem tem que pagar impostos e quem tem que pagar aos nadadores-salvadores. Luís Carneiro perguntou sobre a realização de atividades com clientes pontuais. Sobre isso, o Presidente da Câmara Municipal informou que poderia continuar a desenvolver as mesmas, desde que não interferissem e não fossem concorrência com as atividades desenvolvidas pelo concessionário e desde que fossem autorizadas pelo Município. Coisa que o senhor nunca fez, nunca cumpriu. Mais informou o senhor Luís Carneiro de que se deverá abster das práticas que vem efetuando no prédio sito na margem esquerda do Rio Vouga, praia fluvial da Quinta do Barco, em Paradela, devendo requerer, junto do Município de Sever do Vouga, a licença/autorização para a prática de atividades desportivas e recreativas sob pena de o Município ter que recorrer a meios coercivos perante eventual continuidade da atuação ilícita e lesiva dos interesses do arrendatário, bem como desta edibilidade. Agora, começa a parte interessante. Luís Carneiro disse ter pena de ter dado vinte e cinco anos da sua vida a Sever do Vouga. Eu vou-lhe dizer que, quem lhe deu vinte e cinco anos foi Sever do Vouga. O senhor, a Sever do Vouga, nunca deu nada. E, usando de um termo da sua terra, perguntou “o que é que eu fiz a estes caramelos para os gajos, quando me veem, parece que veem o diabo”. Reconheceu ter o defeito de não mandar dizer nada por ninguém. “Eu digo diretamente às pessoas o que tenho a dizer.” O Presidente da Câmara Municipal afirmou ser igual nesse aspeto, daí ter dito diretamente ao senhor Luís Carneiro aquilo que disse. Mais disse considerar estar tudo esclarecido. Luís Carneiro disse já ter estado apaixonado por Sever do Vouga, mas que, desde a entrada do atual executivo, já não estava. O Presidente da Câmara Municipal perguntou se o senhor Luís Carneiro tinha mais alguma questão a colocar. Luís Carneiro – “Agradecia que, quando há falta de respeito, toca comigo e quando faltam ao respeito...” Presidente da Câmara Municipal – “A única pessoa que me faltou ao respeito foi o senhor. Mas, o senhor já pediu desculpa e não há problema. Eu fico preocupado é quando eu ouço dizer que o senhor ameaça de morte as pessoas. Isso é verdade?” Luís Carneiro confirmou ser verdade e que tinha dito ao pai do concessionário, após ter tido conhecimento da situação com o trabalhador do Município, em que o concessionário o tinha chamado de moço que limpa retretes, que agradecia que ele dissesse para não faltar ao respeito às pessoas que não se sabiam defender. Nós sempre defendemos este funcionário. Esclareceu ter dito “olhe que tenho amigos dos meus amigos que fazem um caixote, por duzentos paus, e metem o gajo lá dentro. Foi isso que eu disse e digo-lho a si”. E o senhor disse-mo a mim. Presidente da Câmara Municipal “Também me diz a mesma coisa?” Eu nem queria acreditar no que o senhor me estava a dizer. Luís Carneiro “Eu tenho um dedinho que adivinha e não ameaço de morte ninguém. Mas, alguém se encarrega de fazer justiça. Quem me prejudica e quem, efetivamente, quer fazer de mim gato sapato, não é o primeiro nem o é segundo. Isto não é ameaças de morte.” Se não é, não sei o que é. Eu respondi: “Nem sei se entenda isso como ameaça de morte, se não”. E o senhor respondeu: “Sou vidente”. O Presidente da Câmara Municipal “O senhor está a dizer que me vai acontecer alguma coisa, é isso?”. “Eu não disse isso assim, responde o senhor, Eu disse é que, uma pessoa que ande atrás de mim com uma arma... se a sua é preta a minha é cromada. Eu disse é que, uma pessoa que ande atrás de mim com uma arma... se a sua é preta a minha é cromada. Senhor

Luís Carneiro, a leitura desta ata é a resposta que eu tenho para lhe dar a tudo aquilo que o senhor disse. Muito obrigado.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----